

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 009/2021
Data: 14/01/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MRS PREVÊ MELHORIAS NO ACESSO AO PORTO DE SANTOS	4
SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SP DEFINE DIRETORIA NESTA QUINTA	5
REGIS PRUNZEL É REELEITO PRESIDENTE DO SOPESP PARA O TRIÊNIO 2021-2023	5
PORTAL PORTO GENTE	6
O IMPACTO NA ECONOMIA APÓS O FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL	6
TERMINAL DE ALCÂNTARA AVISTA EXPORTAÇÃO DE FERRO PARA A CHINA	7
PORTAL VEJA ON-LINE	8
FERROGRÃO DE TARCÍSIO ABRE O ANO SOB FOGO PESADO NO MATO GROSSO	8
ABTRA – ASSOC. BRAS. DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS	9
PORTO DE SANTOS RECEBE NESTA QUARTA-FEIRA PROPOSTAS FINAIS PARA CONTRATOS TRANSITÓRIOS	9
FIESC DEFENDE VIABILIDADE DE FERROVIAS EM SANTA CATARINA AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	9
HÁ ESPAÇO PARA CRESCER NAS HIDROVIAS INTERNAS DO BRASIL	11
CNN Brasil	12
ASSOCIAÇÃO DIZ QUE GREVE DOS CAMINHONEIROS NO DIA 1º PODE SER MAIOR QUE EM 2018.....	12
A GAZETA - ES	13
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE VITÓRIA DEVE DOBRAR COM DESESTATIZAÇÃO	13
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	14
CARGILL ESTÁ EM NEGOCIAÇÕES PARA DEIXAR JOINT-VENTURE ALVEAN, DIZ COPERSUCAR	14
HÁ ESPAÇO PARA CRESCER NAS HIDROVIAS INTERNAS DO BRASIL	14
ALTA DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA SUPERA EXPECTATIVAS EM DEZEMBRO COM DEMANDA GLOBAL	15
ISTOÉ - DINHEIRO	16
PARA FED, ECONOMIA DOS EUA PODE VOLTAR A NÍVEL PRÉ-PANDEMIA ANTES DO PREVISTO	16
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE 2020 É O MAIOR DOS ÚLTIMOS 32 ANOS	17
COM NOVA LEI, RJ DIZ QUE PEDIRÁ ADEÇÃO A NOVO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL.....	17
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE EM 10 DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS EM NOVEMBRO, DIZ IBGE.....	18
EXTRA ONLINE	18
GOVERNO REGULAMENTA CASA VERDE E AMARELA E ESTABELECE META DE 1,2 MILHÃO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS ATÉ 2022.....	19
BOLSONARO DIZ QUE VAI TENTAR AUMENTAR ISENÇÃO DO IR PARA R\$ 3 MIL ATÉ 2022.....	19
APÓS SAÍDA DA FORD DO BRASIL, GOVERNO DO RIO SE REÚNE COM MONTADORAS SITUADAS NO ESTADO.....	20
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE	21
TERMELÉTRICA VAI INVESTIR R\$ 3 BILHÕES NO COMPLEXO DE SUAPE	21
AGÊNCIA EPBR DE NOTÍCIAS	22
DO CAMPO PARA A USINA: O USO DE BLOCKCHAIN PARA CERTIFICAR A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS	22
ECB FECHA ACORDO COM BP PARA FORNECIMENTO DE 1 BILHÃO DE LITROS DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	24
GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SOLAR DEVE ATRAIR MAIS DE R\$ 17 BILHÕES EM 2021	25
PONTO FINAL: BENTO ALBUQUERQUE PREVÊ PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM 2021 E NOVO APAGÃO ATINGE AMAPÁ ...	26
JORNAL O GLOBO – RJ	28
BOLSA SOBE COM EXPECTATIVA DE ANÚNCIO DE PACOTE AMERICANO; DÓLAR CAI E SEGUE ABAIXO DE R\$ 5,30	28
DEPUTADOS AVALIAM IMPEDIR BOLSONARO DE VETAR ENTRADA DE HUAWEI NO 5G	29
APÓS NOVO APAGÃO NO AMAPÁ, ANEEL DÁ UM DIA PARA CONCESSIONÁRIA SE EXPLICAR	30
DISPUTA ENTRE IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS E PETROBRAS CHEGA AO CADE. ENTENDA	31
JORNAL DO COMMERCIO - PE	33
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	34
APÓS REUNIÃO COM A FORD, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ACOMPANHA TRÊS INQUÉRITOS CONTRA MONTADORA ..	35
BNDES CONCEDE CRÉDITO DE R\$ 3,9 BI PARA 2ª TERMELÉTRICA NO PORTO DO AÇU	35
'A SOCIEDADE PRECISA PRODUIZIR PROFISSIONAIS COM ESPÍRITO EMPREENDEDOR', DIZ FUNDADOR DA EMBRAER	36
VALOR ECONÔMICO (SP)	38
SAÍDA DA FORD NÃO AFETA PRIVATIZAÇÃO, AFIRMA MAC CORD	38



DESAFIOS PARA INDÚSTRIA VÃO MUITO ALÉM DA RETOMADA	39
BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 3,9 BI PARA TÉRMICA NO PORTO DO AÇU.....	40
AO VENDER USINAS, BR PÔE FIM A IMPASSE DE 14 ANOS.....	41
COM A HYGO, COMPANHIA SE POSICIONA NO SETOR NO BRASIL	42
WEG FECHA CONTRATO PARA EQUIPAR QUATRO TERMELÉTRICAS EM RORAIMA.....	43
EXPORTAÇÕES DA CHINA AUMENTAM 3,6% EM 2020, CRESCIMENTO RECORDE.....	43
G1 – O PORTAL DE NORÍCIAS DA GLOBO.....	44
PROPOSTA INICIAL PARA TRANSPORTE MARÍTIMO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DEVE SER APRESENTADA PELO GOVERNO EM FEVEREIRO	44
FOLHA DE PERNAMBUCO - PE.....	44
R\$ 3 BILHÕES PARA TERMELÉTRICA À BASE DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO EM SUAPE	45
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	46
BOLSONARO SANCIONA PL DE APOIO A ESTADOS E MUNICÍPIOS ENDIVIDADOS	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	47
EMPRESAS DE LOGÍSTICA APOSTAM EM NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORAR OPERAÇÃO	47
“2021 SERÁ O ANO EM QUE MAIS SE EXECUTARÃO ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS NA HISTÓRIA”, DIZ PILONI	48
SIEMENS GAMESA E SIEMENS ENERGY INAUGURAM UMA NOVA ERA DE PRODUÇÃO OFFSHORE DE HIDROGÊNIO VERDE	49
FÁBIO DA VEIGA ASSUME A SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ.....	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	52
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MRS PREVÊ MELHORIAS NO ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Investimentos ferroviários entre o Planalto e o cais santista são negociados entre o Governo e a concessionária

Por Fernanda Balbino



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.137680:1610599196/Trem-da-MRS-rumo-ao-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=7dffee0&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.137680:1610599196/Trem-da-MRS-rumo-ao-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=7dffee0&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Trem em acesso ao Porto: MRS quer estender concessão até 2056 (Arquivo)

As projeções bilionárias de investimentos ferroviários no Planalto e na área do Porto de Santos acendem o sinal de alerta para a ligação entre esses dois pontos. A questão, que inclui o aumento da capacidade ferroviária no trecho da Serra do Mar, deve ser equacionada a partir da conclusão do processo de renovação antecipada da concessão da malha da MRS Logística, que liga a região de Jundiaí, no interior do Estado, ao complexo santista.

Em maio do ano passado, o Governo Federal e a Rumo Logística (Grupo Cosan) assinaram a renovação antecipada da concessão da malha ferroviária paulista, que ficará sob a responsabilidade da empresa até 2058. No total, a concessionária fará investimentos de mais de R\$ 6 bilhões em obras, trilhos, vagões e locomotivas. Com isto, a capacidade de transporte ferroviário em direção ao Porto de Santos poderá chegar às 100 milhões de toneladas anuais.

Na área do Porto, hoje, o serviço de transporte ferroviário e a sua infraestrutura também estão sob responsabilidade da Rumo. Mas a concessão terminará em 27 de junho de 2025 e não será renovada. O plano da Autoridade Portuária de Santos (APS) prevê a criação de uma sociedade de propósito específico (SPE) que ficará responsável pelos investimentos no cais santista.

De acordo com a estatal, há capacidade de atendimento de cerca de 50 milhões de toneladas por ano. E hoje, já são operadas 45 milhões de toneladas por ano – 90% da oferta. Para atender à projeção de crescimento da demanda já anunciada, a APS projeta investimento na malha interna do Porto de R\$ 2 bilhões.

Diante das projeções de investimentos na malha ferroviária no planalto e no cais santista, as atenções se voltam ao trecho netre essas duas regiões, operado pela MRS. Atualmente, a renovação da concessão da malha está em análise pelo Ministério de Infraestrutura e pela Agência Nacional de Transporte Terrestre.

Posteriormente, será encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU), a quem caberá a avaliação final.

A estimativa é de que mais de R\$ 7 bilhões sejam investidos pela MRS com a renovação antecipada. A empresa, que tem a concessão das ferrovias que cortam três estados até 2026, pleiteia manter operações até 2056.

Além de R\$ 3,1 bilhões a serem investidos em aumento de capacidade e melhorias de desempenho – principais ganhos diretos esperados com o processo – haverá um segundo bloco de investimentos. Essas obras – para redução de conflitos urbanos, aumento da intermodalidade e redução de congestionamentos e dos acidentes - serão financiadas pela outorga prevista no processo de renovação, que, num período de dez anos, podem ser de R\$ 4,4 bilhões.

Segundo a MRS, o aumento de capacidade gerado pelo plano da renovação permitirá uma alta de 25% nos fluxos de exportação que passam por todos os trilhos operados pela empresa, incluindo aqueles que atendem ao Porto de Santos e aos complexos fluminenses.

Agência reguladora

Segundo a ANTT, parte significativa dos investimentos de ampliação de capacidade entre a região da Serra e o Porto de Santos, que faz parte da malha da Rumo Malha Paulista, foi considerado no processo para prorrogação da concessão.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 14/01/2021

SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO ESTADO DE SP DEFINE DIRETORIA NESTA QUINTA

Representantes de oito terminais que atuam nos embarques e desembarques de cargas no Porto de Santos indicarão os executivos ao conselho da entidade

Da Redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.75222:1573386784/Estivador-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=462093c&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.75222:1573386784/Estivador-porto-de-Santos.jpg?f=2x1&pf=462093c&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

O mandato dos novos representantes será válido pelo triênio 2021/2023 (Carlos Nogueira/ AT)

Uma assembleia definirá hoje a nova diretoria do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), incluindo o presidente.

Representantes de oito terminais que atuam nos embarques e desembarques de cargas no Porto de Santos indicarão os executivos ao conselho da entidade. O mandato será válido pelo triênio 2021/2023.

Terminal Portuário (BTP), Ecoporto Santos, Elevações Portuárias, Rodrimar, Santos Brasil, Terminal Exportador de Guarujá (TEG) e Terminal Marítimo de Guarujá (Termag).

Bandeirantes Deicmar Logística Integrada, Citrosuco e Terminal 12A terão membros indicados ao conselho fiscal. Já os suplentes serão representantes do Terminal XXXIX, da Rishis Empreendimentos e da Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais, a Copersucar.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 14/01/2021

REGIS PRUNZEL É REELEITO PRESIDENTE DO SOPESP PARA O TRIÊNIO 2021-2023

A escolha pela nova diretoria, que assume imediatamente o comando do sindicato, se deu através de uma assembleia virtual

Da redação



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.137765:1610641944/Regis-Prunzel.jpg?f=2x1&\\$p\\$f=e5dcdf&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.137765:1610641944/Regis-Prunzel.jpg?f=2x1&pf=e5dcdf&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Prunzel foi eleito por unanimidade na manhã desta quinta-feira (14) (Divulgação/Sopesp)

Regis Gilberto Prunzel, representante do Terminal Exportador do Guarujá Ltda (TEG), foi reeleito

presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), na manhã desta quinta-feira (14), por unanimidade, durante a primeira reunião ordinária e virtual da entidade neste ano. A posse é imediata e mandato válido pelo triênio 2021-2023.

Após a decisão do Conselho Diretor do Sopesp, formado por membros de oito terminais que atuam nos embarques e desembarques de cargas no Porto de Santos, Prunzel agradeceu a confiança dos associados e colegas conselheiros, pela recondução ao cargo de presidente.

“Juntos, vamos continuar tratando os temas estratégicos que envolvem nossas atividades portuárias”, observou. De férias, ele voltará às atividades no final deste mês.

A assembleia ainda definiu os demais membros da nova diretoria. O primeiro vice-presidente será Leonardo Felix Ribeiro, representante da ADM do Brasil Ltda, enquanto o cargo de segundo vice-presidente ficará com Roberto Teller, da Santos Brasil Participações S.A.

Para o Conselho Diretor foram escolhidos os seguintes membros: Joel Contente da Silva Júnior, da Brasil Terminal Portuário S.A; Robson Luiz Bissani, da Ecoporto Santos S.A; Joaquim Carlos Sepúlveda, da Elevações Portuárias S.A; Antônio dos Santos Carvalhal, da Rodrimar S.A. – Transportes, Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais; e Gildécio José Moreira Fiel, da Terminal Marítimo do Guarujá (Termag).

O Conselho Fiscal eleito será formado por Thiago Diniz Lima, da Bandeirantes Deicmar Logística Integrada S.A; Luiz Fernando Ragonha Junior, da Citrosuco S.A. Agroindústria; e Leandro Fernandes de Almeida, do Terminal 12A S.A.

Suplentes

Como suplentes do Conselho Fiscal estão: Sérgio Ferreira dos Santos, do Terminal XXXIX de Santos S.A; Fabiano dos Santos Messias, da Cia. Auxiliar de Armazéns Gerais (Copersucar); e Flavio da Rocha Costa, da Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 14/01/2021



PORTAL PORTO GENTE

O IMPACTO NA ECONOMIA APÓS O FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Assessoria de Comunicação

Economista Alessandro Azzoni comenta quais são as medidas que o governo pode tomar para recuperar a economia

A continuação da pandemia e de seus efeitos negativos na economia do país, somada ao fim do auxílio emergencial oferecido pelo governo brasileiro, certificam uma dura realidade: milhões de brasileiros começaram o ano sem ter como pagar suas contas. Essa ajuda, que se mostrou primordial para enorme parcela da população, chegou ao fim sem nenhum anúncio de um novo programa social para substituir a renda extra. Pesquisa recente publicada pelo Datafolha apontou que, entre as famílias que receberam o benefício, 36% não têm outra fonte de renda.

O advogado e economista Alessandro Azzoni confirma a previsão de um cenário preocupante para esse início de 2021. "Com o fim do auxílio emergencial, teremos uma queda acentuada no poder de compra das famílias, o que irá provocar uma natural retração da demanda. Essa ajuda deveria continuar, pois as famílias poderiam equilibrar a renda e sobreviver, pois não têm de onde tirar recursos. E se você partir para um novo isolamento social horizontal, como foi feito em algumas cidades, isso neutraliza alguns setores empresariais e causa um impacto na economia", afirma Azzoni.

Embora defenda a manutenção do auxílio, o economista reconhece que o governo atingiu o teto de gastos e precisa arrumar recursos para oferecer novos incentivos. "As saídas são: ampliar o teto dos gastos públicos, aumentar a arrecadação ou reduzir gastos do governo".

Alessandro Azzoni aponta algumas saídas. " O governo tem que fazer a sua lição de casa, continuar com as reformas propostas e o pacote de privatizações, que ainda não avançou. As privatizações reduzem os gastos da máquina e geram capital para o caixa do governo, em um fluxo positivo. Isso seria um dos passos que ainda não avançou", comenta Azzoni.

O segundo passo, vital segundo o especialista, passaria pelas reformas administrativa e tributária. "A reforma administrativa é uma das mais importantes na minha opinião, pelo alto custo da folha de pagamento. Se você somar os gastos com previdência e funcionalismo público, temos quase 90% do orçamento comprometido. Isso provoca endividamento para tocar as obras de infraestrutura. E a reforma tributária tem que ser mais favorável ao setor produtivo, deveria trazer redução da carga, mas nenhuma das propostas apresentadas falam em reduzir, pelo contrário, falam em aumento, além da criação de um imposto sobre transações eletrônicas", critica Azzoni.

A alta carga tributária do país é apontada como um obstáculo ao crescimento pelo economista. "Se você reduz os tributos, você consegue aumentar a arrecadação e isso pode ser feito. Precisamos reduzir esses impactos tributários. A tabela do Imposto de Renda, por exemplo, está defasada desde o governo Lula. Com isso, várias faixas salariais que estariam isentas hoje ainda pagam tributos", finaliza.

Fonte : Portal Porto Gente
Data : 14/01/2021

TERMINAL DE ALCÂNTARA AVISTA EXPORTAÇÃO DE FERRO PARA A CHINA

Editorial Portogente

Comércio de produtos e serviços ao redor do mundo, transcendendo as fronteiras nacional e política, é um fenômeno fascinante



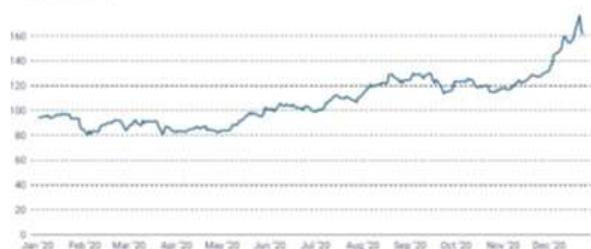
https://portogente.com.br/images/600_Alc%C3%A2ntara_AB.jpg
Alcântara AB

A decisão da Ford de encerrar a produção de veículos no Brasil, entre tantas versões, tem uma verdade. O Brasil precisa gerar riqueza e trabalho. Há muito, Portogente vem destacando a reforma dos caóticos portos brasileiros como um sinal de boas novas. Da mesma forma, tem destacado e abordado o Arco Norte, como um novo e pujante ciclo econômico em curso na histórica e mundialmente debatida região amazônica.

Oportuno refletir a entrevista do diretor executivo do projeto exitoso da operadora portuária brasileira Grão Pará Multimodal, Paulo Salvador, ao jornal chinês, South China Morning Post. Ele sabe que " a

China, faminta por aço, tem interesses em minas no exterior com bilhões de toneladas de reservas de minério de ferro" e que "há muito minério de ferro inexplorado no Brasil, mas uma mistura de burocracia e capital limitado tem atrapalhado os esforços para iniciar a produção há anos". Entretanto, há horizonte pra conquistar.

Iron Ore Prices (2020)
In US dollar terms



Source: Metals Bulletin MBIC Index - 52% price index

SCMP

https://portogente.com.br/images/Gr%C3%A1fico_Dad_14JAN2021.jpg

Gráfico Dad 14JAN2021

O despreparo que se assiste no enfrentamento de uma pandemia, que se transforma na pior batalha da história do País, é a mesma burocracia que atrapalha o seu desenvolvimento. Entretanto, em vez de tentativas de insurreições oportunistas, o remédio é a participação coletiva e patriótica na reforma que há muito se faz necessária no processo de tomada de decisão. Na qual, todos os poderes constituídos, funcionando harmonicamente, façam prevalecer com rigor a Constituição de uma República Federativa.

O Brasil é o segundo produtor mundial, depois da China, de minério de ferro. No final de 2020, chegou como uma oportunidade de investimento excelente o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT) chinês anunciar um plano de reforma de cinco anos que inclui investimentos em minas de minério de ferro no exterior e aumento da siderurgia baseada em sucata. O Arco Norte tem logística para atender com produtividade esse desafio.

Disputar espaços no mercado global de minério de ferro é lição de casa para a logística do Arco Norte, de portos com profundidades competitivas. Otimista, Paulo Salvador, da Grão Pará, que administra o Terminal Portuário de Alcântara - TPA, sugere que a Vale tem potencial para produzir mais 100 milhões de toneladas de minério de ferro, com desempenho e plano de expansão. Assim, gerar desenvolvimento e trabalho.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 14/01/2021



PORTAL VEJA ON-LINE

FERROGRÃO DE TARCÍSIO ABRE O ANO SOB FOGO PESADO NO MATO GROSSO

Em setembro de 2020, o Radar mostrou que a lua de mel entre o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e a Rumo, concessionária de ferrovias, caminhava para uma transformação radical.

Com a decisão de Freitas de colocar para andar o projeto da Ferrogrão, linha que abriria os portos do Norte para a safra do Mato Grosso, a concessionária que opera na rota dos portos do Sudoeste precisaria buscar aliados contra os planos do ministro.

Oficialmente, tanto Freitas quanto a Rumo não travam uma guerra pública sobre o tema. A guerra entre o grupo do ministro, que defende a Ferrogrão, e os emissários da concessionária, que são contra, se dá de forma velada, pela imprensa local e a partir de manifestações de políticos do Mato Grosso.

O governo acompanha a evolução do noticiário, no MT, hostil ao projeto da Ferrogrão e atribui os ataques a Freitas ao lobby da concessionária. No fim do ano passado, o senador Jayme Campos (DEM) foi para a tribuna da Casa e bateu forte no ministro da Infraestrutura falando contra a Ferrogrão e a favor da Ferronorte, linha operada pela Rumo.

Campos cobrou “humildade” do ministro e exigiu que ele tivesse “respeito com o Mato Grosso” ao lidar com a discussão das ferrovias. O senador deixou claro seu descontentamento pelo fato de Freitas priorizar a construção da Ferrogrão enquanto a Ferronorte, da Rumo, já construída, necessitaria apenas de uma ampliação para atender aos interesses do estado.

“Como o governo estabelece como prioridade essa questão da ferrovia? Eu acho que o ministro Tarcísio, com todo respeito, tem que ter mais humildade e mais respeito com aqueles que de fato produzem, como é o caso de Mato Grosso. Até agora o ministério não teve nenhuma boa vontade”, disse Campos.

O discurso de Campos deflagrou uma série de manifestações críticas, no Mato Grosso, ao projeto da Ferrogrão de Freitas, que avançaram nos primeiros dias de 2021. Para aliados do ministro, a guerra foi aberta e Freitas está pronto para a luta.

Fonte: Portal Veja On-line – Blog Radar

Data : 14/01/2021



ABTRA – ASSOC. BRAS. DE TERMINAIS E RECINTOS ALFANDEGADOS

PORTO DE SANTOS RECEBE NESTA QUARTA-FEIRA PROPOSTAS FINAIS PARA CONTRATOS TRANSITÓRIOS

A Santos Port Authority (SPA) recebe, nesta quarta-feira (13), das 10h às 16h (por e-mail) as propostas finais para firmar contratos transitórios em áreas com contratos vencidos recentemente – duas na região do Saboó e uma no Paquetá, margem direita do Porto de Santos. Os contratos terão prazo de 180 dias ou até que sejam realizadas as licitações para arrendamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Poderão apresentar uma única proposta cada as empresas que já estão participando do processo seletivo simplificado, aberto pela SPA no fim de 2020. São quatro interessadas na área 1, duas na área 2 e cinco na área 3. A lista das ofertas apresentadas foi publicada no site do Porto de Santos na segunda-feira (11) em <http://www.portodesantos.com.br/informacao/licitacoes-e-contratos/processo-seletivo-simplificado-contratos-de-transicao/>.

Conforme o regulamento, será declarado vencedor aquele que fizer oferta com o maior valor resultante da soma dos valores fixos (por metro quadrado) e variáveis (por movimentação). Não há restrição de tipologia de carga a ser movimentada.

Com a celebração de contratos transitórios, a SPA mantém em atividade áreas nobres, dando, assim, uso operacional ao ativo público, o que atende às necessidades de cadeias produtivas, reduz ociosidade global do complexo portuário e traz recursos financeiros que são reinvestidos no Porto, além de promover a geração de empregos e atividade econômica para a região.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 14/01/2021

FIESC DEFENDE VIABILIDADE DE FERROVIAS EM SANTA CATARINA AO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Em reunião com o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, e sua equipe técnica, o presidente da Federação das Indústrias (FIESC), Mario Cezar de Aguiar, mostrou a viabilidade dos projetos ferroviários demandados por Santa Catarina e entregou a Agenda Estratégica para a Infraestrutura de Transporte e a Logística 2021, documento que contempla as propostas da entidade para a área. O encontro foi realizado na quarta-feira, dia 13, no Ministério, em Brasília, e contou com a participação do diretor Cesar Olsen, e do gerente de logística da Federação, Egidio Martorano.

“O Ministério se comprometeu a reavaliar os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEAs) das ferrovias com a visão de valorizar as cargas com valor agregado. Mostramos para o secretário e sua equipe a necessidade de ferrovias para o estado e eles aceitaram bem a nossa visão”, afirmou Aguiar. Também ficou definido que o órgão vai estudar a possibilidade de execução de novas obras no trecho norte da BR-101, como contornos e rodovias paralelas, por exemplo.

“A visão de que é inviável ter ferrovia em Santa Catarina é equivocada. Há um enorme potencial de transporte de cargas de alto valor agregado. Voltamos a insistir nesta posição na reunião desta

quarta-feira, a exemplo do que fizemos quando estivemos no Ministério em novembro e em dezembro”, ressalta Aguiar. Ele destaca que a FIESC fez um levantamento e todos os portos mais significativos do mundo e do Brasil têm conexão ferroviária. “Em Santa Catarina temos cinco portos e ocupamos uma posição de destaque. Sediamos o segundo e o quarto porto mais movimentado do país, mas faltam ferrovias integradas à malha nacional”, completou.

No documento entregue ao secretário-executivo, a FIESC defende uma série de medidas. Entre elas: realizar a atualização dos dados para os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Sócio-ambiental (EVTEAs) dos projetos ferroviários Corredor Leste-Oeste (SC) e Litorânea (SC), de forma integrada, considerando as cargas de valor agregado, a intermodalidade e incorporando a carga industrial, conforme a nova versão do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), previsto para março.

Considerando os resultados positivos na viabilidade socioeconômica do Corredor Leste-Oeste (SC), de Chapecó até Navegantes, a FIESC defende incorporar ao projeto da ferrovia Litorânea uma extensão do seu traçado que permita inserir o acesso ferroviário também para o porto de Itapoá. O empreendimento registra grande movimentação e se encontra em plena expansão, já contribuindo substancialmente para a movimentação de carga de contêineres do Brasil.

Na atualização proposta para a Ferrovia Litorânea (SC), deve ser avaliada uma alternativa viável para a zona metropolitana de Florianópolis, em face à construção em andamento do Contorno Viário, que gera conflito com o projeto anterior. Neste aspecto, é essencial a participação dos municípios do entorno, além de medidas visando garantir a integridade do futuro traçado.

No documento entregue ao Ministério, a FIESC defende ainda uma solução de consenso para a questão do componente indígena, no Morro dos Cavalos, permitindo a construção de túnel ferroviário. Esta medida poderá, inclusive, possibilitar o término da duplicação da rodovia BR-101. Cabe ressaltar que as desembocaduras Norte e Sul do túnel proposto estão localizadas fora da área indígena, em processo de reivindicação.

Ainda no ofício, a Federação destaca o futuro da BR-101, um eixo estratégico para o país e o Mercosul, cujos níveis de serviços já estão comprometidos, em função da pujante atividade econômica do seu entorno, do crescimento urbano exponencial, da expansão da atividade logística, portuária, do turismo e serviços em geral. A situação exige medidas para ampliação de capacidade propostas pelo Grupo Paritário de Trabalho da ANTT, visando a melhoria da segurança e fluidez da rodovia, no curto prazo. Entretanto, para a integridade no médio e longo prazos, é necessário considerar um corredor multimodal. Nesse aspecto, o projeto da Ferrovia Litorânea poderá garantir no futuro a segurança, integridade e fluidez do corredor, garantindo a competitividade das atividades econômicas do entorno e contribuindo para geração de emprego e renda.

No encontro, Aguiar também chamou a atenção para as demandas que constam na Agenda de Infraestrutura da FIESC e destacou como prioridades para 2021 um conjunto de obras já em andamento (veja abaixo). Na publicação estão contempladas as necessidades para todos os modais de transporte, considerando as matrizes: planejamento, investimentos, política e gestão logística empresarial. Também compõe a agenda documentos específicos e relacionados com temas estratégicos: agenda portos, propostas dos grupos técnicos da FIESC: BR-101 do Futuro e Rodovias Oeste SC do Futuro, dentre outros.

Prioridades para 2021 em obras federais já em andamento:

BR-282: Adequação de capacidade entre Chapecó e São Miguel d'Oeste – Valor Estimado Anual: R\$ 36 milhões

BR-163: Ampliação de capacidade entre São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira – Valor Estimado Anual: R\$ 52,5 milhões

BR-280: Lotes 1; 2.1; e 2.2 – Valor Estimado Anual: R\$ 200,4 milhões (3 lotes)

BR-470: Lotes 1; 2; 3; e 4 – Valor Estimado Anual: R\$ 149,7 milhões (4 lotes)

BR-285: Implantação – Valor Estimado Anual: R\$ 35 milhões

CREMA: Investimentos no Programa de Conservação, Restauração e Manutenção das Rodovias: BRs: 470, 280, 282, 153, 158, 163, 480 e 101, com valor estimado anual de R\$ 400 milhões.

A entidade também defende priorizar o acesso aquaviário aos portos com a dragagem de aprofundamento do canal externo no acesso da Baía da Babitonga, com valor de investimento estimado na ordem de R\$ 280 milhões, bem como a 2ª etapa da bacia de evolução do complexo Portuário de Itajaí, conforme manifesto enviado ao Ministério em setembro de 2020, com investimentos previstos na ordem de R\$ 250 milhões.

A FIESC ainda reforçou a importância de considerar a realização de uma PMI para a concessão integrada das BRs 163, 282 e 470 – O Eixo Rodoviário Estratégico de Santa Catarina –, incorporando uma das rodovias estaduais: SC-110 ou SC-108.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 14/01/2021

HÁ ESPAÇO PARA CRESCER NAS HIDROVIAS INTERNAS DO BRASIL

As hidrovias brasileiras têm enorme potencial para transporte comercial, mas ainda são subutilizadas e ineficientes nas 12 bacias hidrográficas do país, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Dos 63.000 quilômetros (km) que poderiam ser potencialmente usados para navegação interior, apenas 19.500 km (30,9%) da rede existente é atualmente usada comercialmente para transporte de carga e passageiros, deixando mais de dois terços sem uso.

Porém, apesar das oportunidades perdidas, os rios brasileiros têm registrado aumento do volume transportado nos últimos anos, o que mostra seu enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento da economia do país. Apenas 5% do transporte de cargas no país é feito por vias navegáveis interiores. O Brasil tem atualmente 2,3 km de hidrovias utilizáveis por 1.000 km quadrados, mas o número poderia chegar a 7,4 km por 1.000 km quadrados se todas as hidrovias navegáveis fossem utilizadas, segundo estudo recente publicado pela CNT.

“Grande parte dos rios utilizados para transporte fica na região Norte do Brasil. Nessas áreas, o transporte de passageiros é, na maioria dos casos, feito por meio de rios, mas mesmo assim o transporte aquaviário está longe de atingir seu potencial máximo”, disse Vander Francisco Costa, presidente da CNT.

A CNT atribuiu o baixo uso de hidrovias a fatores como infraestrutura deficiente, burocracia e baixos investimentos federais e privados. De acordo com o estudo, de 2011 a 2018, apenas 10% dos investimentos federais no setor de transporte comercial foram direcionados à navegação interior. Investir em hidrovias tiraria alguns encargos do transporte rodoviário, e aumentar o uso da navegação interior também ajudaria a reduzir os custos de transporte, com a vantagem de reduzir as emissões de carbono, acrescentou o CNT.

Desafios das hidrovias brasileiras

Costa disse que há uma necessidade urgente de expandir a integração entre as bacias hidrográficas e outros sistemas de transporte e também expandir de forma eficiente a conexão das hidrovias interiores com os principais portos marítimos comerciais. Outro obstáculo é melhorar a infraestrutura de terminais terrestres, sistemas de navegação, bóias, além do patrulhamento policial e aduaneiro das bacias hidrográficas.

“As eclusas de navegação necessárias para a passagem de navios e barcaças em barragens altas, como Itaipu e Tucuruí, são outra necessidade importante e é necessário um plano diretor que combine hidrelétricas e navegação fluvial. A dragagem de grande manutenção é necessária em todas as bacias, mas é especialmente urgente no Sul do Brasil. Outro problema diz respeito aos processos de licenciamento ambiental, que podem ocasionar processos demorados e demorados para a concessão das permissões, causando atrasos nos projetos de transporte hidroviário”, disse Costa.

Fonte : ABTRA - Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados

Data : 14/01/2021



CNN BRASIL

ASSOCIAÇÃO DIZ QUE GREVE DOS CAMINHONEIROS NO DIA 1º PODE SER MAIOR QUE EM 2018

A greve dos caminhoneiros, prevista para o próximo dia 1º de fevereiro, vem crescendo em adesões e, de acordo com o presidente da Associação Nacional do Transporte Autônomos do Brasil (ANTB), José Roberto Stringasci, poderá ser maior do que a realizada em 2018, devido ao grau crescente de insatisfação da categoria, principalmente em relação ao preço do diesel e às promessas não cumpridas após a histórica greve no governo Temer.

Integrante do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), que na semana passada já alertou para a possibilidade de uma paralisação nacional, a ANTB representa cerca de 4,5 mil caminhoneiros, e não vê problema de realizar uma greve em plena pandemia.

“A pandemia nunca foi problema. A categoria trabalhou para cima e para baixo durante a pandemia. Muitos caminhoneiros ficaram com fome na estrada com os restaurantes fechados, mas nunca parou”, afirma Stringasci.

Segundo ele, a alta do preço do diesel é o principal motivador da greve, mas conquistas obtidas na paralisação de 2018, que chegou a prejudicar o abastecimento em várias cidades, também estão na lista de dez itens que estão sendo reivindicados ao governo para evitar a greve.

“Esse (diesel) é o principal ponto, porque o sócio majoritário do transporte nacional rodoviário é o combustível (50% a 60% do valor da viagem) Queremos uma mudança na política de preço dos combustíveis”, informa.

Ainda monopólio da Petrobras, a produção de combustíveis no Brasil passou por mudanças em 2016, quando foi instituído o PPI (Preço e Paridade de Importação), praticado até hoje. Na época, os reajustes eram praticamente diários, seguindo a flutuação do mercado internacional, mas agora obedecem apenas a lógica da paridade, sem prazo determinado.

“A Petrobras não foi criada para gerar riqueza para meia dúzia, a Petrobras é nossa e tem que ajudar o povo brasileiro e o Brasil”, afirma Stringasci. “Queremos preços nacionais para os combustíveis, com reajuste a cada seis meses ou um ano. Essa é uma das maiores lutas nossas desde 2018, e até antes, e até hoje”, destaca.

Outras reivindicações são o preço mínimo de frete, parado no Supremo Tribunal Federal (STF), após um recurso do agronegócio, e a implantação do Código Identificador de Operação de Transporte (Ciot), duas conquistas de 2018.

Para resolver a questão e evitar uma greve, os caminhoneiros querem uma reunião com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, que recebeu o apoio da categoria nas eleições de 2018.

“A categoria apoiou ele em 100% praticamente nas eleições. Então agora exige a presença dele na reunião”, explica.

Stringasci diz que a greve já tem 70% de apoio da categoria e de parte da população, diante de preços em alta não apenas no diesel, mas em outros combustíveis, alimentos e outros itens que elevaram a inflação em 2020.

“Eu creio que a greve pode ser igual a 2018. A população está aderindo bem, os pequenos produtores da agricultura familiar também. Se não for igual, eu creio que vai ser bem mais forte do que 2018”, alerta.

Fonte: *CNN Brasil*

Data : 14/01/2021



A GAZETA - ES

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE VITÓRIA DEVE DOBRAR COM DESESTATIZAÇÃO



<https://midias.agazeta.com.br/2020/11/18/710x388/porto-de-vitoria-recebe-navio-com-maior-comprimento-de-sua-historia-363301.jpg>

Projeto do governo federal prevê, além da venda do controle da Codesa, a concessão das atividades portuárias por 35 anos com investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhão

Um estudo divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq) aponta que a concessão dos portos sob gestão da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa) fará com que a movimentação de cargas no Porto de Vitória praticamente dobre ao longo dos 35 anos de contrato.

Em 2019, o Porto de Vitória movimentou um total de 6,9 milhões de toneladas, entre importações e exportações de mercadorias (ainda não há dados de 2020). A projeção da Antaq é de que esse fluxo cresça até alcançar 13,8 milhões de toneladas de cargas em 2056, último ano de contrato. Isso corresponde a um aumento de 98% no período de concessão.

13,8 MILHÕES DE TONELADAS É A PREVISÃO DE MOVIMENTAÇÃO NO PORTO DE VITÓRIA EM 2056

A consulta pública para a concessão dos portos de Vitória e Barra do Riacho (Aracruz), no Espírito Santo, foi aberta pelo governo federal no dia 28 de dezembro. Além de vender a Codesa, a União pretende também conceder a operação dos portos.

O modelo de concessão, desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), prevê investimentos obrigatórios superiores a R\$ 1,6 bilhão ao longo dos 35 anos de vigência.

Desse total, R\$ 772 milhões estão destinados à dragagem de manutenção no Porto de Vitória e do terminal de Barra do Riacho. Os outros R\$ 290 milhões irão para melhorias nos acessos terrestres aos portos.

Atualmente, o Porto de Vitória possui 14 berços de atracação e opera mais de 30 tipos de cargas, como fertilizantes, ferro gusa, combustíveis, malte e trigo, automóveis, rochas ornamentais, entre outros. Há ainda o serviço às embarcações offshore além de pátios para montagem e armazenamento de peças e equipamentos.

De acordo com os dados do relatório de administração da Codesa, em 2019, último dado disponível, a receita bruta do Porto de Vitória foi de R\$ 154,63 milhões. Já a receita líquida ficou em R\$ 137,63 milhões. Naquele ano, foram movimentadas mais de 6,9 milhões de toneladas em cargas.

Com o aumento da atividade no porto, as receitas também devem aumentar consideravelmente. Porém, ainda não há estimativas a esse respeito. Os estudos divulgados pela Antaq para a concessão não apresentam projeções de quanto a arrecadação crescerá durante a vigência do contrato.

TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO

Segundo o Estudo de Mercado, considerando o cenário tendencial, a taxa média projetada de crescimento de movimentação de cargas é de 2% ao ano (a.a.). No curto prazo, o porto apresentará ainda uma taxa de crescimento mais acelerada, chegando a 6% a.a., devido à introdução de novos produtos, como a escória.

“Contudo, após 2025, a média da taxa de crescimento reduzirá para 1% a.a. Ao final do período (2060), a demanda projetada é de 18,9 milhões de toneladas no cenário otimista e de 14,9 milhões de toneladas no cenário pessimista”, aponta o estudo.

O estudo mostra ainda que, em 2020, a participação de granéis sólidos minerais na projeção de demanda será de 42%. Até 2060, ela reduzirá, gradualmente, para 38%. Já as cargas transportadas em contêineres aumentarão sua participação de 33% para 36% e os demais tipos de carga não deverão apresentar mudanças significativas em suas participações relativas.

Fonte: *A Gazeta On-line (ES)*

Data : 14/01/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CARGILL ESTÁ EM NEGOCIAÇÕES PARA DEIXAR JOINT-VENTURE ALVEAN, DIZ COPERSUCAR



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/cargill.jpg>

A Cargill negocia a venda de sua fatia de 50% na joint-venture para a Copersucar (Imagem: REUTERS/Denis Balibouse)

A trading global de commodities Cargill está em negociações com a Copersucar para deixar a Alvean, joint-venture de comercialização de açúcar formada pelas empresas, disse a companhia brasileira em comunicado

nesta quarta-feira.

A Cargill negocia a venda de sua fatia de 50% na joint-venture para a Copersucar, que se tornaria a única proprietária do negócio.

A Alvean é a maior trading de açúcar do mundo.

Fonte : *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data : 14/01/2021

HÁ ESPAÇO PARA CRESCER NAS HIDROVIAS INTERNAS DO BRASIL

As hidrovias brasileiras têm enorme potencial para transporte comercial, mas ainda são subutilizadas e ineficientes nas 12 bacias hidrográficas do país, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Dos 63.000 quilômetros (km) que poderiam ser potencialmente usados ??para navegação interior, apenas 19.500 km (30,9%) da rede existente é atualmente usada comercialmente para transporte de carga e passageiros, deixando mais de dois terços sem uso.

Porém, apesar das oportunidades perdidas, os rios brasileiros têm registrado aumento do volume transportado nos últimos anos, o que mostra seu enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento da economia do país. Apenas 5% do transporte de cargas no país é feito por vias navegáveis ??interiores. O Brasil tem atualmente 2,3 km de hidrovias utilizáveis ??por 1.000 km quadrados, mas o número poderia chegar a 7,4 km por 1.000 km quadrados se todas as hidrovias navegáveis ??fossem utilizadas, segundo estudo recente publicado pela CNT.

“Grande parte dos rios utilizados para transporte fica na região Norte do Brasil. Nessas áreas, o transporte de passageiros é, na maioria dos casos, feito por meio de rios, mas mesmo assim o transporte aquaviário está longe de atingir seu potencial máximo ”, disse Vander Fancisco Costa, presidente da CNT.

A CNT atribuiu o baixo uso de hidrovias a fatores como infraestrutura deficiente, burocracia e baixos investimentos federais e privados. De acordo com o estudo, de 2011 a 2018, apenas 10% dos investimentos federais no setor de transporte comercial foram direcionados à navegação interior. Investir em hidrovias tiraria alguns encargos do transporte rodoviário, e aumentar o uso da navegação interior também ajudaria a reduzir os custos de transporte, com a vantagem de reduzir as emissões de carbono, acrescentou o CNT.

Desafios das hidrovias brasileiras

Costa disse que há uma necessidade urgente de expandir a integração entre as bacias hidrográficas e outros sistemas de transporte e também expandir de forma eficiente a conexão das hidrovias interiores com os principais portos marítimos comerciais. Outro obstáculo é melhorar a infraestrutura de terminais terrestres, sistemas de navegação, bóias, além do patrulhamento policial e aduaneiro das bacias hidrográficas.

“As eclusas de navegação necessárias para a passagem de navios e barcas em barragens altas, como Itaipu e Tucuruí, são outra necessidade importante e é necessário um plano diretor que combine hidrelétricas e navegação fluvial. A dragagem de grande manutenção é necessária em todas as bacias, mas é especialmente urgente no Sul do Brasil. Outro problema diz respeito aos processos de licenciamento ambiental, que podem ocasionar processos demorados e demorados para a concessão das permissões, causando atrasos nos projetos de transporte hidroviário ”, disse Costa.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 14/01/2021

ALTA DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA SUPERA EXPECTATIVAS EM DEZEMBRO COM DEMANDA GLOBAL

Embora as exportações chinesas devam se beneficiar de uma sólida demanda global no início deste ano, alguns analistas dizem que o iuan mais forte e o aumento dos custos das matérias-primas pode enfraquecer (Imagem: Pixabay)

As exportações chinesas cresceram mais do que o esperado em dezembro, mostraram dados da alfândega nesta quinta-feira, uma vez que os distúrbios pelo coronavírus em todo o mundo alimentaram a demanda por produtos chineses mesmo que o iuan mais forte tenha tornado os embarques mais caros.

Uma robusta recuperação doméstica também ajudou no apetite chinês por produtos estrangeiros em dezembro, com o crescimento das importações acelerando sobre o mês anterior e superando as expectativas em pesquisa da Reuters.

Embora as exportações chinesas devam se beneficiar de uma sólida demanda global no início deste ano, alguns analistas dizem que o iuan mais forte e o aumento dos custos das matérias-primas pode enfraquecer o ímpeto nos próximos meses.

As exportações aumentaram 18,1% em dezembro na comparação com o ano anterior, desacelerando ante o salto de 21,1% em novembro mas superando as expectativas de alta de 15%.

As importações cresceram 6,5% no mês passado na comparação anual, contra expectativa de 5% e ante ritmo em novembro de 4,5%.

“As exportações da China cresceram em 2020, tomando a fatia de mercado de outras economias orientadas para exportação. Embora outras economias exportadoras devam ver um 2021 mais forte, a recuperação global ainda deve sustentar o crescimento das exportações da China”, disse Iris Pang, economista-chefe do ING.

O porta-voz da alfândega Li Kuiwen concordou, afirmando que a demanda doméstica também irá sustentar o comércio exterior, mas alertou que a pandemia também trará alguns desafios em 2021.

A China registrou superávit comercial de 78,17 bilhões de dólares em dezembro, leitura mais alta nos registros da Refinitiv que datam de 2007.

Analistas consultados na pesquisa esperavam superávit de 72,35 bilhões de dólares, ante 75,4 bilhões em novembro.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 14/01/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PARA FED, ECONOMIA DOS EUA PODE VOLTAR A NÍVEL PRÉ-PANDEMIA ANTES DO PREVISTO

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, afirmou que a economia dos Estados Unidos pode voltar para os níveis de fevereiro de 2020, antes da pandemia e covid-19, “muito antes” do que o previsto inicialmente. Durante um evento virtual organizado pela Universidade de Princeton, o dirigente ressaltou que a política fiscal tem sido “fundamental” na crise.

De acordo com Powell, a dívida pública americana está crescendo em ritmo mais rápido do que a economia atualmente, o que ele considera “insustentável”. Porém, o dirigente afirmou que o nível total da dívida é “sustentável”.

Powell negou que a dívida pública americana afete a política monetária e disse que o país está “muito longe” de um cenário de dominância fiscal.

Compra de ativos

O presidente do Federal Reserve afirmou ainda que a instituição comunicará ao mercado “quando for apropriado” discutir uma redução nas compras de ativos do seu programa de relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês). O dirigente disse que isso só deve ocorrer quando houver “evidências claras” de que os objetivos do QE já foram cumpridos.

“Estou otimista sobre a economia dos EUA nos próximos anos”, afirmou Powell, ao mencionar o início da vacinação contra a covid-19 no mundo.

O dirigente também declarou que o Fed “leva muito a sério” o estudo das moedas digitais e que a instituição ainda está “nos estágios iniciais” de compreensão dos riscos financeiros que as mudanças climáticas podem representar.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/01/2021

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE 2020 É O MAIOR DOS ÚLTIMOS 32 ANOS

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) fechou 2020 em US\$ 871,3 bilhões, alta de 17% ante 2019 e o maior dos últimos 32 anos, segundo o Ministério da Agricultura. Para 2021, as primeiras estimativas indicam crescimento de 10,1% do VBP.

No ano passado, as lavouras tiveram faturamento de R\$ 580,5 bilhões, alta de 22,2%, e a pecuária, de R\$ 290,8 bilhões, incremento de 7,9%.

Em nota, a Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura disse que os produtos que mais contribuíram para o resultado foram milho, com crescimento real de 26,2%; soja, com 42,8%; carne bovina, com 15,6%; e carne suína, 23,7%. “O faturamento da soja, milho e carne bovina foi de R\$ 243,7 bilhões, R\$ 99,5 bilhões e R\$ 126,3 bilhões, respectivamente.”

Para a estimativa de crescimento de 10% em 2021 o Ministério cita os esperados desempenhos de alta do arroz (17,3%), batata inglesa (22,1%), cacau (14,7%), mandioca (10,9%), milho (17,7%) e soja (24,4%). “Há ainda boas expectativas para a pecuária, em especial para bovinos, suínos, frangos e leite.”

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/01/2021

COM NOVA LEI, RJ DIZ QUE PEDIRÁ ADESÃO A NOVO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Após o presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 101/2020, de socorro fiscal a Estados e municípios, o Estado do Rio anunciou nesta quinta-feira, 14, que encaminhará ao Tesouro Nacional o pedido de adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O texto sancionado na quarta-feira, 13, reformula o RRF, criado em 2017 para socorrer Estados em dificuldades financeiras. Também concede acesso a crédito aos governos locais com dívida baixa, mas severos problemas de caixa, e renegocia condições de débitos já acumulados por esses entes.

Até hoje, o Rio foi o único a aderir ao RRF, e o pedido de adesão ao programa reformulado já era esperado. O primeiro Plano de Recuperação Fiscal do Rio foi firmado com a União em setembro de 2017.

Desde que chegou perto de completar três anos, em setembro último, o plano tem sido objeto de atritos entre o governo fluminense e o governo federal. Para o governo fluminense, as regras atuais do RRF permitiriam planos de seis anos de duração, sem necessidade de renovação. Para o governo federal, as regras preveem planos de três anos, renováveis por mais três, desde que o Estado socorrido cumpra todas as contrapartidas exigidas.

Com seu entendimento, o Tesouro Nacional enviou um ofício ao governo do Rio, em 21 de dezembro, cobrando dívidas vencidas desde setembro. O governo fluminense recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), conseguindo uma decisão liminar favorável do presidente da corte, Luiz Fux, na véspera de Natal. Com a liminar, Fux manteve o Rio no RRF.

A aprovação do novo modelo de socorro aos Estados seria a solução para o impasse. O anúncio de que o Rio pedirá adesão ao novo RRF era esperado porque, em meio à disputa com o governo federal, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio informou, mais de uma vez, que a extinção do Plano de Recuperação tornaria a gestão pública inviável, com atrasos no pagamento dos salários dos servidores e paralisação de serviços públicos.

Em nota, o governo fluminense ressaltou que “a adesão ao novo RRF não é imediata”. Será preciso esperar pela regulamentação da nova lei por meio de decreto, a cargo do Ministério da Economia. Em seguida, os Estados precisam encaminhar o pedido de adesão ao Tesouro Nacional.

“A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro está preparada para encaminhar o pedido de adesão imediatamente, após a regulamentação da lei”, diz a nota.

O texto ressalta ainda que a nova lei “prevê que o novo Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal seja construído em até um ano”.

O novo plano está sendo elaborado pela equipe da Fazenda do Rio, “com a participação do Conselho de Especialistas do RRF, formado pelos economistas Raul Velloso, Fernando Rezende, Mauro Osório e Luiz Roberto Cunha”. “Criado em novembro do ano passado, o grupo vai apresentar propostas nas áreas de Previdência, Reestruturação Tributária e Desenvolvimento Econômico do estado”, diz a nota.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/01/2021

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE EM 10 DOS 15 LOCAIS PESQUISADOS EM NOVEMBRO, DIZ IBGE

A produção industrial cresceu em dez dos 15 locais pesquisados na passagem de outubro para novembro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em São Paulo, maior parque industrial do País, houve um avanço de 1,5%. Os demais aumentos ocorreram na Bahia (4,9%), Rio Grande do Sul (3,8%), Amazonas (3,4%), Região Nordeste (2,9%), Santa Catarina (2,8%), Ceará (1,7%), Rio de Janeiro (1,6%), Paraná (1,2%) e Minas Gerais (0,6%).

Houve perdas no Pará (-5,3%), Mato Grosso (-4,3%), Pernambuco (-1,0%), Espírito Santo (-0,9%) e Goiás (-0,9%). Na média global, a indústria nacional avançou 1,2% em novembro ante outubro.

A produção industrial já superou o patamar de fevereiro, no pré-pandemia, em 8 dos 15 locais pesquisados. Em novembro, a produção industrial nacional operava 2,6% acima do pré-pandemia. Em São Paulo, o maior parque fabril do País, a produção rodava 6,0% além do nível de fevereiro.

Os demais locais com ganhos em relação a fevereiro foram Amazonas (com produção 14,9% superior ao pré-pandemia), Santa Catarina (9,5%), Ceará (7,5%), Minas Gerais (6,2%). Paraná (5,9%), Rio Grande do Sul (5,2%) e Pernambuco (1,8%).

Os sete locais ainda com perdas em novembro ante o patamar de fevereiro foram Nordeste (-0,4%), Goiás (-1,8%), Bahia (-2,6%), Pará (-4,5%), Rio de Janeiro (-4,9%), Mato Grosso (-10,3%) e Espírito Santo (-11,8%).

Em outubro, havia nove locais acima do patamar pré-pandemia. Em novembro, o Pará deixou o grupo que contabilizava ganhos desde fevereiro, após três meses seguidos de perdas na produção industrial regional, apontou Bernardo Almeida, gerente da pesquisa do IBGE.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 14/01/2021



EXTRA ONLINE

GOVERNO REGULAMENTA CASA VERDE E AMARELA E ESTABELECE META DE 1,2 MILHÃO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS ATÉ 2022

Por Gabriel Shinohara



https://extra.globo.com/incoming/24838705-219-8f9/w640h360-PROP/x89314521_brasilbrasiliapa25-08-2020presidente-jair-bolsonaro-participa-da-cerimonia-de-l.pagespeed.ic.6qaifcqb5.jpg

A pasta comandada por Rogério Marinho poderá definir os critérios de elaboração e priorização dos projetos. A pasta comandada por Rogério Marinho poderá definir os critérios de elaboração e priorização dos projetos. Foto: Jorge William / Agência O Globo

O governo publicará na sexta-feira um decreto regulamentando o programa habitacional Casa Verde e Amarela. Entre outras disposições, o texto estabelece a meta de 1,2 milhão de famílias atendidas até 31 de dezembro de 2022.

O projeto que foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro na última terça-feira substitui o Minha Casa Minha Vida como principal política habitacional do governo.

Diferente do programa anterior, a nova política habitacional não prevê mais a faixa de renda mais baixa, de até R\$ 1,8 mil, em que a casa é praticamente doada, com prestações simbólicas. O foco principal do novo programa é em famílias que têm renda entre R\$ 2 mil e R\$ 7 mil com capacidade de assumir um financiamento.

Durante a tramitação da proposta no Congresso, o governo fechou um acordo com os congressistas para incluir algumas medidas de apoio às famílias que não serão mais atendidas no decreto.

A Secretaria-Geral da Presidência ainda não publicou o texto do decreto na íntegra, o que deve acontecer apenas na sexta-feira no Diário Oficial da União. No entanto, informou que o decreto trata dos critérios e da periodicidade para atualização dos limites de renda de subsídios e do tipo de benefício destinado às famílias.

Além disso, o texto também determina que famílias que tenham a mulher como responsáveis serão priorizadas no atendimento de serviços que tenham recursos da União ou de alguns Fundos que não foram especificados. Famílias que tenham pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes também serão priorizadas.

O decreto ainda estabelece que o Ministério de Desenvolvimento Regional será responsável pela elaboração e priorização de projetos, além da seleção dos beneficiários e de definir os padrões "urbanísticos". A pasta também vai definir as atribuições de estados e municípios e a distribuição dos recursos.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, o Casa Verde e Amarela tem duas frentes. A primeira focada na "produção, aquisição ou requalificação" de imóveis novos e usados e a segunda mais ligada à urbanização de regiões mais precárias e à regularização fundiária.

"Os imóveis poderão ser disponibilizados aos beneficiários, sob a forma de cessão, de doação, de locação, de comodato, de arrendamento ou de venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, conforme grupo de renda familiar".

Fonte : Extra Online

Data : 14/01/2021

BOLSONARO DIZ QUE VAI TENTAR AUMENTAR ISENÇÃO DO IR PARA R\$ 3 MIL ATÉ 2022

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira que vai tentar aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 3 mil até 2022. Bolsonaro fez a fala durante transmissão ao vivo em suas redes sociais.

Atualmente, o limite de isenção é de R\$ 1.903,98. Ao argumentar que tentaria aumentar a faixa de isenção, Bolsonaro lembrou a fala dele da semana passada, em que disse que o Brasil estava quebrado e que não conseguiria cumprir sua promessa de aumentar faixa de isenção para R\$ 5 mil.

— Gostaríamos de passar pra R\$ 5 mil, não seria de uma vez, mas daria até o final do mandato fazer isso. Não conseguimos por causa da pandemia. Nós nos endividamos em mais R\$ 700 bi, não deu pra atender. Vamos ver se pro ano que vem pelo menos passe de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil.

O presidente relatou que tem conversado com a equipe econômica sobre o tema e ressaltou que o “posto Ipiranga” é o ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Tenho falado que não sou economista, todo mundo sabe disso, o posto Ipiranga é o Paulo Guedes, mas tem um detalhe todo mundo que ganha R\$ 3 mil por mês que desconta um pouco do Imposto de Renda dá em torno de R\$ 28 bilhões por ano, mas no ano seguinte quase tudo é ressarcido, então jogo contábil de um ano pro outro.

Para Bolsonaro, o aumento da faixa de isenção até ajudaria a Receita Federal a gerenciar a arrecadação.

— Até ajuda no meu entender receita a ter menos “clientes”, porque recebe com uma mão e em alguns meses entrega com a outra.

Bolsonaro aproveitou para rebater algumas críticas de que não estaria cumprindo as promessas de campanha. Segundo ele, a promessa seria cumprida se não fosse a chegada da pandemia do coronavírus.

— Não é não está cumprindo compromisso de campanha, era compromisso, ia ser cumprido e aconteceu algo anormal. É você querer comprar um carro, mas alguém da família fica doente, você não compra mais o carro, ou vai deixar o parente morrer por causa disso aí?

Fonte : Extra Online

Data : 14/01/2021

APÓS SAÍDA DA FORD DO BRASIL, GOVERNO DO RIO SE REÚNE COM MONTADORAS SITUADAS NO ESTADO

Após a Ford anunciar, nesta semana, que vai fechar as suas fábricas no Brasil, deixando cerca de 5 mil pessoas desempregadas, o Governo do Rio resolveu se reunir com montadoras de veículos presentes no estado para abrir diálogo e se antecipar a qualquer movimentação, encontrando alternativas para a sustentabilidade dos negócios.

O encontro com a Jaguar Land Rover aconteceu nessa quarta-feira (13), e as reuniões com representantes da Volkswagen, Renault-Nissan, Hyundai e Peugeot-Citroën estão previstas para as próximas semanas. Juntas, as montadoras são responsáveis por 8 mil empregos fluminenses.

De acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Leonardo Soares, o objetivo da aproximação é entender até que ponto a decisão da Ford foi uma estratégia específica da empresa e até onde a definição se entende para as outras companhias.

— A atividade do setor automobilístico é de suma importância para o Estado do Rio e, em contrapartida, a região oferece condições logísticas favoráveis para essas empresas, como em Resende e Porto Real — conta o secretário: — A ideia é tratar de temas importantes como empregos

e a possibilidade de investimentos. Depois da retração de mercado provocada pela pandemia, esperamos que a demanda aumente para que janelas de oportunidades sejam abertas.

A Soares, os executivos da Jaguar Land Rover sinalizaram a intenção de gerar mais 400 empregos diretos destinados à planta industrial. A montadora, que possui fábrica em Itatiaia, avalia que o potencial de investimento adicional no estado nos próximos anos pode chegar a R\$ 19 milhões.

Fonte : *Extra Online*

Data : 14/01/2021

DIÁRIO de PERNAMBUCO

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

TERMELÉTRICA VAI INVESTIR R\$ 3 BILHÕES NO COMPLEXO DE SUAPE



https://www.diariodepernambuco.com.br/static/app/noticia_127983242361/2021/01/13/850244/20210113195716319054o.jpeg

A previsão é que a usina entre em operação em novembro deste ano. (Foto: Rafael Medeiros/Suape/Divulgação)

Uma termelétrica de energia (UTE) à base de Gás Natural Liquefeito (GNL) será instalada no Complexo de Suape, Litoral Sul do estado, e vai gerar dois mil empregos entre as fases de construção e operação. O empreendimento, com investimento estimado de R\$ 3 bilhões, inclui a

instalação de um terminal de regaseificação em Suape, além da implantação de aproximadamente oito quilômetros de dutovias entre o terminal gás e a usina termoelétrica.

O empreendimento será gerido pela CH4 Energia - desenvolvedora de projetos no setor energético -, em sociedade com a empresa norte americana New Fortress Energy, fundada em 2014 e, atualmente, com um valor de mercado estimado em 7,38 bilhões de dólares. A empresa atua em países como Jamaica, Porto Rico, México e Nicarágua nos ramos de transporte de Gás Natural Liquefeito, infraestrutura, terminais de regaseificação, usinas de energia e soluções em pequena escala. Também desenvolve atualmente um terminal de GNL na Irlanda, para fornecimento a clientes industriais.

Aproximadamente 30% do investimento deverá sair do empreendedor e 70% virá de bancos de fomento. A previsão é que a usina entre em operação em novembro deste ano, ocupando uma área de 16,5 hectares dentro do Complexo de Suape, onde já possui licença prévia emitida pela Agência de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH).

"Com a instalação da termelétrica em Suape, o governo de Pernambuco também viabiliza um grande terminal de regaseificação para o estado, oferecendo gás com preços muito mais competitivos às indústrias locais", afirmou o governador Paulo Câmara. "Com a nova lei do gás, que está na Alepe, um contingente muito maior de empresas poderia migrar para o mercado livre e se beneficiar do novo terminal, gerando um impulso de expansões e novos empreendimentos no estado", completou.

Em dezembro de 2020, o governo de Pernambuco e a CH4 Energia assinaram Protocolo de Intenções para viabilização do empreendimento. A usina terá capacidade de geração de 1,3 GW - 30% mais que a hidrelétrica de Sobradinho - ao final da implantação do projeto, após realização de leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica e Ministério de Minas e Energia, com previsão para ocorrer no primeiro semestre de 2021.

Com o acordo de compra e venda de energia, de longo prazo, fechado com a Petrobras para iniciar a operação de duas térmicas de 144MW cada, totalizando capacidade de geração de 288MW, o projeto já tem viabilidade inicial para implantação em sua totalidade.

A térmica será abastecida por navio regaseificador de GNL, com capacidade de 21 milhões de metros cúbicos por dia, no Cais de Múltiplos Usos. A previsão é que a usina consuma 2,5 milhões de metros cúbicos ao dia, potencial que pode ser duplicado futuramente. O excedente de GNL poderá atender à rede da Companhia de Gás de Pernambuco (Copergás), empresa detentora dos direitos de distribuição de gás no estado.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Geraldo Julio, destacou que o barateamento dos preços do gás em Pernambuco reduzirá também os custos de produção, tornando as empresas locais mais competitivas. "Pernambuco aumentará expressivamente sua competitividade. Com a usina termelétrica, incluímos mais um elemento nesse pacote de infraestrutura do estado, fortalecido como um hub", disse.

Fonte : Diário de Pernambuco - PE

Data : 14/01/2021



AGÊNCIA EPBR DE NOTÍCIAS

DO CAMPO PARA A USINA: O USO DE BLOCKCHAIN PARA CERTIFICAR A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Por Nayara Machado - 14 de janeiro de 2021 - Em Newsletter Diálogos da Transição

*Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br*

O setor sucroalcooleiro está de olho na blockchain como estratégia para determinar a sustentabilidade da produção. E vê na tecnologia uma solução para armazenar, registrar, organizar e rastrear os produtos para garantir confiabilidade e segurança das informações sobre a origem das matérias-primas e insumos.

Usada largamente para registro de transações financeiras, a tecnologia funciona como "um grande livro-caixa" com os dados registrados simultaneamente em vários computadores e está começando a ser aplicada na cadeia de biocombustíveis no Brasil.

Um dos projetos é conduzido pela Embrapa em parceria com a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana), a Safe Trace e a Usina Granelli.

Os trabalhos em campo, liderados pela Embrapa Informática Agropecuária (SP), tiveram início no ano passado com experimentos em conjunto com produtores de Piracicaba, Tambaú e Charqueada, municípios no interior do estado de São Paulo.

O acordo inclui a geração de processos agropecuários, softwares, modelos, banco de dados e metodologia técnico-científica.

Alexandre de Castro, pesquisador da Embrapa que lidera o projeto, revela que a ideia inicial era a rastreabilidade da cadeia da cana-de-açúcar para agregar valor ao produto.

Mas, a partir do desenvolvimento dos trabalhos, a equipe percebeu que a tecnologia poderia ser estendida e aproveitada pelos produtores de biocombustíveis.



É o caso da Usina Granelli, que começou a parceria para estabelecer um padrão de qualidade para o açúcar mascavo e agora também pretende usar a tecnologia para preencher a RenovaCalc – a calculadora de eficiência energética e ambiental da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Mariana Granelli, diretora jurídica da usina de etanol, conta que a parceria com a Embrapa para desenvolver essa especificação acabou motivando a empresa a se certificar para emitir os créditos de descarbonização (CBios) do RenovaBio.

“Como já estamos fazendo essa rastreabilidade da cana, a partir dela eu consigo preencher a RenovaCalc com uma exatidão muito maior. Isso garante que a quantidade de CBio que vem do meu combustível é aquele valor mesmo, e não um valor estimado, como é hoje”, explica Mariana.

Um CBIO equivale a uma tonelada de carbono que deixou de ser emitida no processo de produção do biocombustível.

O projeto da Embrapa prevê a criação de uma tecnologia baseada em sensoriamento remoto para organizar, processar e disponibilizar em nuvem imagens de satélite proximais, suborbitais e orbitais, aplicadas a análises de lavouras da cana-de-açúcar, que vão contribuir para apoiar o planejamento e controle operacional da cultura, tanto na fazenda como em talhões.

Outra novidade é que imagens aéreas de canaviais serão usadas para detecção de doenças das plantas e pragas daninhas, deficiências nutricionais, estresse hídrico e estimativas de produção de biomassa.

O diagnóstico vai permitir aos produtores a adoção de medidas de controle com mais rapidez e eficiência.

De olho nos CBios, a Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (Asplan) firmou uma parceria com a Associação Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Direito (CIPED) para certificar as plantações de cana-de-açúcar da Paraíba com blockchain.

“Com a certificação, a Asplan parte na frente para assegurar que seus associados sejam inseridos no RenovaBio e passem a receber CBios proporcional a sua produção e organização. A Paraíba é pequena, mas nós pensamos grande”, disse o presidente da entidade, José Inácio de Moraes, ao Cointelegraph.

A Embrapa também estuda ampliar o uso de blockchain para a cadeia produtiva de grãos, especialmente visando o etanol de milho e o biodiesel de soja.

“Já estamos conversando com outras duas empresas representativas dessas cadeias. Para etanol de milho, iniciamos a tramitação do acordo com a FS Bioenergia. E estamos conversando com uma empresa no setor de soja”, conta Alexandre de Castro.

Segundo Alexandre, o projeto começou com a cadeia sucro, mas automaticamente migrou para a de grão.

“Percebemos que na cadeia da cana, em média, 50% da matéria-prima vem de área própria das usinas, e os outros 50% de fornecedores diretos e de longo prazo. Já para milho e soja, é muito mais complexo. As empresas têm poucos fornecedores diretos”, relata.

De acordo com o pesquisador, cerca de 90% da matéria-prima para etanol de milho e biodiesel vem de fornecedores indiretos, o que dificulta o controle da origem.

No setor de biodiesel, por exemplo, os produtores compram o óleo de soja de outros fornecedores, o que cria obstáculos na hora de identificar de onde veio o grão.

“O blockchain serve para marcar os pontos da cadeia, de forma definitiva, permanente. Caso seja alterado, toda a cadeia será alterada e saberemos onde foi mexido. É um sistema de criptografia em cadeia”, explica Alexandre.

Neste caso, a tecnologia vai permitir identificar um fornecedor, cooperativa ou cerealista no meio da cadeia, com uma assinatura digital.

“Nas cadeias de grãos, eu faço a marcação dos pontos na rede com essas assinaturas. Essas cadeias, geralmente, vão misturando diversos fornecedores e, a cada mistura, eu marco também. Fica mais fácil para auditoria das firmas inspetoras”, destaca.

Isso poderá auxiliar no cálculo de CBio por volume de biocombustível produzido. “Quem emitia um CBio por 800 litros poderá emitir um pouco mais, dependendo da sustentabilidade da cadeia”, conclui o pesquisador.

Curtas

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgou nesta quarta (13) o Plano Operativo para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, que vai vigorar até 2023. O documento define as metas do Floresta+ para o período, com o objetivo de contratar a preservação e recuperação de 250 mil hectares...

...A extensão prevista agora representa pouco mais de 64% da área inicialmente proposta pelo MMA como meta a ser atingida pelo Floresta+ nos próximos três anos. epbr

O ECB Group vai fornecer mais de um bilhão de litros de biocombustíveis avançados à BP. Maior produtor de biodiesel do Brasil, o grupo anunciou nesta quinta (14/1) a assinatura de contrato com a petroleira britânica para fornecimento pelo período de cinco anos...

...Os combustíveis serão produzidos, a partir de 2024, na usina Omega Green, que será construída no Paraguai, com início das obras ainda este ano. epbr

A geração solar distribuída deve atrair R\$ 17,2 bilhões em novos investimentos no Brasil, ao longo de 2021, e gerar mais de 118 mil empregos este ano. Estimativas da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostram que a GD será responsável pela maior fatia do crescimento solar fotovoltaico no ano. epbr

Nos EUA, o governo de Donald Trump deve conceder isenções a alguns refinadores de petróleo retroativas ao ano de 2019, o que os dispensaria da necessidade de ter misturado biocombustíveis a combustíveis fósseis, informou a Reuters. A decisão deve ser anunciada ainda sob a administração do presidente Donald Trump, que termina no próximo dia 20. Valor

A Total anunciou no início da semana a aquisição da Fonroche Biogaz, empresa que projeta, constrói e opera unidades de digestão anaeróbia na França. Com cerca de 500 gigawatts-hora (GWh) de capacidade instalada, a Fonroche Biogaz é líder do mercado francês na produção de gás renovável, com mais de 10% de participação de mercado.

A PepsiCo quer aumentar em mais de duas vezes o seu objetivo climático baseado em evidências científicas, com redução de mais de 40% das emissões absolutas de gases de efeito estufa até 2030. Além disso, a empresa se comprometeu a alcançar emissões líquidas zero até 2040, uma década antes do previsto no Acordo de Paris.

Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 14/01/2021

ECB FECHA ACORDO COM BP PARA FORNECIMENTO DE 1 BILHÃO DE LITROS DE BIOCOMBUSTÍVEIS



Os combustíveis serão produzidos, a partir de 2024, na usina Omega Green, que será construída no Paraguai

Por Gabriel Chiappini - 14 de janeiro de 2021 - Em Clima, Transição energética

O ECB Group, maior produtor de biodiesel do Brasil, anunciou nesta quinta (14) a assinatura de contrato com a britânica BP para o fornecimento de mais de um bilhão de litros de biocombustíveis avançados, que serão produzidos a partir de 2024, na Omega Green, que será construída no Paraguai.

Com investimentos de mais de US\$ 800 milhões, a estimativa é que a biorrefinaria, quando pronta, possa produzir 20 mil barris por dia de diesel verde (HVO), bioquerosene de aviação (SPK), e nafta verde, usada na indústria química para fabricação de plástico verde.

“Estamos orgulhosos deste acordo com uma organização como a BP, que é tão importante no setor de energia e que pretende ser uma empresa neutra em carbono até 2050 ou antes e ajudar o mundo a chegar a mesma meta”, disse Erasmo Carlos Battistella, CEO do ECB Group em comunicado divulgado pela empresa.

Carol Howle, vice-presidente executiva de Trading & Shipping da BP, acredita que o negócio pode beneficiar o desenvolvimento regional na América do Sul.

“Este negócio com um grande produtor brasileiro é uma compra significativa de biocombustíveis avançados pela BP na América do Sul e fornece uma base importante para o crescimento na região”, afirmou Howle.

O acordo é parte da estratégia da empresa britânica para oferecer combustível de baixo carbono aos clientes nos setores de transporte rodoviário e aviação e neutralizar 415 milhões de toneladas equivalentes de CO₂ (tCO₂e), relativas às operações da companhia e à produção de petróleo e gás da bp.

Em julho do ano passado, conversamos ao vivo com Erasmo Battistella, presidente do ECB Group, sobre os projetos na área de biocombustíveis no Brasil e no Paraguai e HVO, nova fronteira tecnológica do mercado de biodiesel.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 14/01/2021

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SOLAR DEVE ATRAIR MAIS DE R\$ 17 BILHÕES EM 2021

Absolar também prevê a adição de mais de 4,9 GW de potência instalada

Por epbr - 14 de janeiro de 2021 - Em Clima, Solar, Transição energética

A geração solar distribuída deve atrair R\$ 17,2 bilhões em novos investimentos no Brasil, ao longo de 2021, e gerar mais de 118 mil empregos este ano. Estimativas da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostram que a GD será responsável pela maior fatia do crescimento solar fotovoltaico no ano.

Ao todo, estão previstos mais de R\$ 22,6 bilhões em investimentos privados no setor no Brasil em 2021, somando os segmentos de geração distribuída (sistemas em telhados e fachadas de edifícios) e centralizada (grandes usinas solares).

A Absolar também prevê a adição de mais de 4,9 gigawatts (GW) de potência instalada, somando as usinas de grande porte e os sistemas distribuídos em telhados, fachadas e pequenos terrenos.

O montante representa um crescimento de mais de 68% sobre a capacidade instalada atual do país, hoje em 7,5 GW.

Para a geração distribuída solar fotovoltaica, o crescimento projetado é de 90% frente ao total instalado até 2020, passando de 4,4 GW para 8,3 GW. Já no segmento de usinas solares de grande porte, o crescimento previsto será de 37%, saindo dos atuais 3,1 GW para 4,2 GW.

Ainda segundo os dados da entidade, o setor deve ser responsável por um aumento líquido na arrecadação dos governos federal, estaduais e municipais de mais de R\$ 6,7 bilhões este ano.

O valor já contabiliza a economia dos consumidores em suas contas de eletricidade.

Ronaldo Kolozuk, presidente do Conselho de Administração da Absolar, argumenta que a energia solar será estratégica para acelerar a retomada econômica sustentável do Brasil no pós-pandemia, fortalecendo a competitividade.

“A energia solar fotovoltaica reduz o custo de energia elétrica da população, aumenta a competitividade das empresas e desafoga o orçamento do poder público, beneficiando pequenos, médios e grandes consumidores do País”, ressalta.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 14/01/2021

PONTO FINAL: BENTO ALBUQUERQUE PREVÊ PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS EM 2021 E NOVO APAGÃO ATINGE AMAPÁ

Por Guilherme Serodio e Larissa Fafá - 13 de janeiro de 2021 - Em Política energética, Ponto Final

RIO e BRASÍLIA – O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, acredita que o Congresso Nacional vai aprovar a privatização da Eletrobras no primeiro semestre deste ano e que a venda da companhia poderá ocorrer até o fim de 2021.

Em entrevista à Megawhat, Albuquerque disse estar confiante na tramitação célere do PL 5877/2019 na Câmara dos Deputados. A comissão especial necessária para tratar do texto nem sequer foi instalada.

A privatização da Eletrobras está na agenda desde o governo de Michel Temer, na época com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que tentou aprovar a proposta até o fim de 2018, sem sucesso.

Secretário cobra compromisso de candidatos no Congresso Nacional com privatizações
Novo blecaute atingiu ao menos 13 cidades do estado do Amapá, terra natal do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM). O problema foi, novamente, provocado na infraestrutura sob responsabilidade da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE).

Houve o desligamento dos dois circuitos da linha de transmissão Laranjal–Macapá e das hidrelétricas de Ferreira Gomes, Cachoeira Caldeirão e Coaracy Nunes, com interrupção de 250 MW no estado.

Às 17h15, última informação publicada nesta quarta (13) pelo MME, foram restabelecidos 110 MW de carga.

“A Aneel está atuando junto à concessionária [LMTE], que deverá informar as medidas adotadas para solucionar o problema e evitar reincidências”, disse o ministério, em nota.

Davi Alcolumbre foi o porta-voz da insatisfação do Senado com o plano de privatização da Eletrobras – estatal que acabou sendo acionada, assim como as Forças Armadas, para resolver o apagão de novembro.

Apagão no Amapá “não tem nada a ver com o governo federal”, diz Bolsonaro

Agora, com seu candidato à sucessão à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), na frente na contagem de votos, Alcolumbre volta a ser citado como possível novo integrante do ministério de Bolsonaro.

Fontes no Senado ouvidas pela epbr e próximas de Alcolumbre afirmaram que a negociação caminha pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, atualmente sob comando de Rogério Marinho.

A vitória de Pacheco daria mais prestígio a Alcolumbre e alguma tranquilidade ao Planalto, enquanto a disputa na Câmara é incerta com o governista Arthur Lira (PP/AL) atrás de Baleia Rossi (MDB/SP) na contagem de apoiadores.

MDB consegue apoio de Cidadania e Podemos

As bancadas do Podemos, com nove senadores, e do Cidadania, com três, declararam apoio à candidatura de Simone Tebet (MDB/MS) à presidência do Senado nesta quarta.

Ela já conta com apoios do MDB (15 votos) e do PSL (dois). Agora segue em busca dos votos dos sete senadores do PSDB.

Se não houver traições, chegará aos 36 votos.

O PP, com sete senadores, anunciou hoje apoio a Pacheco na disputa ao Senado, elevando para 39 os potenciais votos do candidato.

São necessários 41 para vencer a disputa e os votos são secretos.

Santa Catarina faz lobby por carvão

O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), foi ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, solicitar a manutenção das operações do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.

No ano passado, a Engie anunciou a intenção de desativar o complexo Jorge Lacerda.

Acompanhado de uma comitiva com onze senadores e deputados, o governador sugeriu a criação de um fundo para recuperação ambiental da região e a postergação do uso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para bancar parte dos custos com carvão mineral nacional.

O governo de Santa Catarina diz querer evitar demissões do setor, que seria responsável por empregar 27 mil pessoas no estado.

Em setembro, a Aneel autorizou o reajuste de 6,61% do preço-base do carvão usado no complexo, que já recebia a maior parte dos subsídios da CDE ao carvão mineral nacional. No orçamento de 2020 eram destinados R\$ 605,91 milhões ao complexo de SC do total de R\$ 665,83 milhões.

Participaram da reunião os senadores Dário Berger (MDB), Espiridião Amin (PP) e Jorginho Mello (PL). Também os deputados federais Angela Amin (PP), Coronel Armando (PSL), Carmen Zanotto (PPS), Celso Maldaner (MDB), Daniel Freitas (PSL), Geovania de Sá (PSDB), Jorge Goetten (PL) e Ricardo Guidi (PSD).

Em geral, o carvão é um combustível defasado no Brasil, dada a oferta de fontes mais limpas e eficientes, como o próprio gás natural, também fóssil e poluente, e renováveis.

O planejamento nacional reconhece, contudo, o papel do carvão como indutor do planejamento nacional e admite sua presença na matriz energética nacional.

Nova lei prevê multa milionária por roubo de combustível no Rio.

O governador em exercício do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PSC), sancionou hoje uma lei que permite a aplicação de penalidades administrativas contra quem roubar, furtar ou receptar o fruto de roubos de combustíveis ou dutos. O texto prevê a possibilidade de multas de até R\$ 17,8 milhões e de cancelamento da inscrição no cadastro do ICMS de estabelecimentos que venderem o furto do roubo.

No Congresso Nacional, uma proposta de autoria da agora candidata à presidência da Casa Simone Tebet também endurece penas para esses crimes. A matéria foi aprovada no Senado prevendo pena de prisão de até 12 anos para envolvidos nos crimes. O texto está hoje na CCJ da Câmara, onde um substitutivo de Caroline de Toni (PSL/SC) aumentou as penas para até 14 anos. Caso seja aprovado com alterações na Câmara, o texto volta para nova votação no Senado.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 14/01/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

BOLSA SOBE COM EXPECTATIVA DE ANÚNCIO DE PACOTE AMERICANO; DÓLAR CAI E SEGUE ABAIXO DE R\$ 5,30

Ibovespa avançava 0,55%. Na contramão, ações do BB caem com notícia de que Bolsonaro quer trocar comando da instituição

O Globo

SÃO PAULO E RIO - A Bolsa sobe no Brasil, um dia após a aprovação do impeachment de Donald Trump pela Câmara de Deputados dos Estados Unidos. Há expectativa de que novo pacote de ajuda à economia americana seja anunciado ainda nesta quinta-feira pelo presidente eleito Joe Biden. Já o dólar recua e segue cotado abaixo de R\$ 5,30.

Às 14h28, o Ibovespa subia 1,16%, aos 123.346 pontos. O mercado brasileiro acompanha o otimismo no exterior. A previsão é que Biden detalhe um pacote que pode ultrapassar US\$ 1,5 trilhão para estimular a economia dos EUA. O democrata colocará as medidas em prática quando assumir o governo, no fim deste mês.

As ações do Banco do Brasil (BB) abriram em baixa, mas inverteram o sinal e tinham alta de 0,56%, negociadas a R\$ 37,76. Pela manhã, a notícia de que o presidente Jair Bolsonaro quer trocar o comando do banco puxou os papéis para baixo.

— Para o mercado é uma notícia ruim (a troca de presidente do BB) , porque demonstra que não há nenhuma disposição de Bolsonaro para retirada das estatais, ou seja, de privatização. Nesse processo, a questão fiscal pode ficar de lado— disse Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset.

Bolsonaro teria se irritado com o anúncio do fechamento de agências e de um novo programa de demissão voluntária no BB. O presidente já estaria buscando nomes para a substituição. O ministro Paulo Guedes, porém, tentou manter André Beltrão no comando do banco.

Em fato relevante divulgado nesta manhã, o BB diz que “não recebeu no âmbito de seus órgãos de governança nenhuma comunicação formal por parte do acionista controlador sobre qualquer decisão a respeito do assunto”.

Às 14h30, o dólar comercial caía 1,69%, a R\$ 5,221.

Na Europa, o mercado fechou em alta com a expectativa de mais gastos públicos para reativar a principal economia global. A Bolsa de Londres valorizou 0,84%; Paris subiu 0,33% e Frankfurt avançava 0,35%.

Na Ásia, as bolsas fecharam sem direção definida. O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, caiu 1,93%, enquanto o índice de Xangai teve queda de 0,91%.

Em Nova York, o Dow Jones apresentava alta de 0,32% e o S&P 500 subia 0,09%. A Bolsa eletrônica Nasdaq avançava 0,19%.

As infecções por Covid-19 na província de Heilongjiang quase triplicaram, destacando a crescente ameaça antes de importante feriado nacional em janeiro, quando centenas de milhões de pessoas normalmente viajam.

Em Tóquio, o índice Nikkei avançou 0,85%, e a Bolsa de Hog Kong fechou em alta de 0,93%.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 14/01/2021

DEPUTADOS AVALIAM IMPEDIR BOLSONARO DE VETAR ENTRADA DE HUAWEI NO 5G

Grupo na Câmara analisa sugestões de consultores da Casa para não deixar governo barrar atuação da chinesa no Brasil, como querem os EUA

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados entrou nas discussões sobre a implementação do 5G, a nova geração de telefonia, no Brasil. Com a possibilidade de o governo impedir a chinesa Huawei de fornecer equipamentos da tecnologia no país, parlamentares se mobilizam para manter aberto o mercado de fornecedores das companhias de telecom.

Em um documento elaborado pela consultoria da Câmara, cinco sugestões apresentadas podem fazer o Congresso impedir o banimento da empresa. Entre elas estão mudanças na Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

A nota técnica da consultoria legislativa está sendo analisada por um grupo de trabalho criado pela Câmara para acompanhar o avanço da tecnologia.

O grupo prevê ouvir representantes da Huawei e de suas rivais Ericsson, Samsung, Nokia e Fujitsu, os principais fornecedores mundiais da infraestrutura para o 5G no mundo. Também vai ouvir integrantes do governo e operadoras de telecomunicações.

O leilão de frequências 5G está previsto para este ano, mas ainda não foi marcado e nem teve o edital lançado. São as operadoras que irão disputar os espaços para o 5G e contratar os fornecedores de tecnologia.

Após a licitação, as teles devem investir na instalação de antenas e de outros equipamentos para que a nova geração de telefonia, que promete aumentar muito a velocidade da conexão móvel à internet, possa começar a operar no país.

Entre as alterações na LGT propostas pelos consultores da Câmara está a de determinar que os leilões não criem impedimentos para que os atuais fornecedores de infraestrutura participem do mercado.

Hoje, cerca de metade da infraestrutura usada no 4G no Brasil foi fornecida pela Huawei. Esse é um dos argumentos usados pelas empresas de telecomunicações para que a companhia chinesa não seja barrada. Isso reduziria os custos com o reaproveitamento de equipamentos compatíveis.

Outra mudança seria alterar a LGT para determinar que os leilões de frequência não impeçam que infraestruturas atuais de rede 4G sejam aproveitadas nas novas redes de 5G.

Os consultores sugerem ainda alterar a lei para obrigar que os editais de licitação sejam submetidos à aprovação prévia do Congresso Nacional, embora o próprio documento admita que essa seja uma alternativa de difícil implementação e de risco elevado de questionamento judicial.

O documento técnico da Câmara também sugere aos deputados obrigar o governo a formular editais de leilões de frequência que adotem requisitos de Open RAN. Trata-se de um tipo de rede de telecomunicações em que equipamentos de diferentes fabricantes podem “conversar” entre si.

Atualmente, a rede instalada no país não permite que equipamentos da Huawei, por exemplo, sejam conectados com redes da Ericsson. Por isso, os técnicos sugerem estabelecer critérios mais rígidos para eventuais intervenções sob pressuposto relacionado à “segurança nacional”.

Os Estados Unidos têm pressionado países, entre eles o Brasil, a proibir a Huawei no 5G sob o argumento de que a empresa pode passar informações para o governo chinês.

Saiba mais: China reage a nova provocação de Eduardo Bolsonaro sobre 5G e afirma que deputado perturba parceria com Brasil

O governo de Jair Bolsonaro manifestou concordância com essa preocupação da gestão de Donald Trump, mas não definiu ainda veto à chinesa.

O vice-presidente Hamilton Mourão já se manifestou contra banir a Huawei e tem defendido a relação comercial do Brasil com a China, alvo de incidentes diplomáticos provocados por Bolsonaro e seus filhos, principalmente o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 14/01/2021

APÓS NOVO APAGÃO NO AMAPÁ, ANEEL DÁ UM DIA PARA CONCESSIONÁRIA SE EXPLICAR

Treze dos 16 municípios ficaram sem luz de novo, dois meses depois de blecaute que deixou estado às escuras por mais de uma semana

*Por Manoel Ventura **



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24743826-fac-c3c/FT1086A/652/xAmapainspecaoDivulgacao-Policia-Civil.jpg.pagespeed.ic.wJlakNcyXK.jpg>

Técnicos realizam inspeção na subestação com transformador incendiado em novembro Foto: Divulgação/Polícia Civil

BRASÍLIA — A concessionária que administra a principal subestação do Amapá terá um dia, depois que for notificada, para explicar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o que provocou o novo apagão registrado na quarta-feira no estado. Pelo menos 13 dos 16

municípios ficaram sem luz, incluindo a capital, Macapá.

O novo blecaute ocorreu por volta das 16h de quarta-feira por falha em uma linha de transmissão. O apagão ocorreu dois meses depois da crise energética que deixou o estado sem luz por mais de uma semana em novembro.

A Aneel encaminhou ofício à Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), concessionária que administra a linha de transmissão que falhou, cobrando explicações. A empresa — subsidiária

da Gemini Energy — é a mesma que administra a subestação cuja falha levou ao apagão de novembro.

“Em ofício encaminhado à LMTE, a Aneel dá um dia de prazo, a contar do recebimento do documento, para que a empresa esclareça a ocorrência e as medidas que estão sendo adotadas para solucionar o problema e evitar reincidências”, diz nota da agência.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que, às 15h53, houve o desligamento dos dois circuitos de uma linha de transmissão.

Empresa diz que falha foi resolvida

O órgão disse que, às 16h38, os sistemas básicos foram reestabelecidos para, em seguida, a energia voltar para as unidades consumidoras. O ONS não informou se o fornecimento de eletricidade já foi normalizado.

A CEA, distribuidora de energia do estado, disse que a falta de energia “não tem relação com problemas de distribuição”. “Foi identificado uma ocorrência na linha de transmissão no trecho Macapá/Jari”.

A LMTE acrescentou que o ofício da Aneel já foi recebido e que responderá “dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador”. Informou que “sofreu uma ocorrência externa ao seu controle na linha de transmissão de Laranjal à Macapá” e que “a questão já foi resolvida”.

“A concessionária disponibilizou as linhas de transmissão instantaneamente (em 1 minuto). Portanto, a disponibilidade de suas instalações de transmissão foi rapidamente normalizada. Tal evento ocorre diariamente no Brasil, e no caso particular, com consequência de falta de energia em um estado, expõe a fragilidade do sistema de energia do Amapá que não conta com redundância devido a questão de planejamento setorial”, afirma a nota.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia não comentou.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 14/01/2021

DISPUTA ENTRE IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS E PETROBRAS CHEGA AO CADE. ENTENDA

Para associação, estatal pratica preços abaixo do mercado externo. Petroleira nega e diz que agentes menos eficientes perdem espaço

Por Bruno Rosa

RIO - A Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom) recorreu ao órgão de defesa da concorrência contra a Petrobras. A entidade protocolou ofício na sexta-feira no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e na Agência Nacional do Petróleo (ANP) contra a estatal.

O motivo da representação é que os importadores avaliam que a Petrobras está vendendo diesel e gasolina às refinarias no Brasil com preços abaixo das cotações no mercado internacional, o que afeta a concorrência. No ofício, a Abicom pede que seja feita análise dos valores praticados pela petroleira.

A Petrobras afirma que adota preços alinhados com o exterior e que agentes menos eficientes são os primeiros a perder espaço em momento de maior competição.

Segundo a Abicom, a defasagem por litro no diesel, entre os polos de importação, é de R\$ 0,17 desde o início deste ano, e na gasolina, de R\$ 0,25. O presidente da Abicom, Sergio Araújo, disse que a Petrobras tem adotado preços abaixo da paridade de importação em todos os polos com infraestrutura de importação.

— Isso prejudica os importadores e inviabiliza algumas operações no momento em que o mercado já está sofrendo com a queda nos preços do petróleo — disse Araújo. — Protocolamos o ofício na ANP e no Cade, pois os preços estão muito abaixo da paridade internacional e em desacordo com o compromisso da Petrobras com o Cade para a abertura do mercado.

Cade vai analisar

Procurado, o Cade afirma que “avaliará possíveis medidas após analisar a matéria”. O tema será estudado pelo órgão, e, caso o processo evolua, as partes apresentarão seus argumentos. Se o regulador julgar necessário, a empresa pode ser obrigada a seguir algum tipo de determinação.

Nos cálculos da entidade, somente no ano passado, o diesel vendido às refinarias pela Petrobras ficou R\$ 0,06 por litro abaixo do praticado no exterior. Na gasolina, a diferença seria de R\$ 0,02 por litro.

A consultoria J. Global Energy, sediada no Texas, faz avaliação similar. Considerando a estação de importação de combustível de Santos, em São Paulo, o diesel estaria R\$ 0,41 abaixo do valor cobrado no exterior do dia 1º até o dia 8 deste ano.

Em 2020, a defasagem era estimada, em média, em R\$ 0,11.

No caso da gasolina, a diferença no polo de Guarulhos em relação ao cobrado no mercado externo seria de R\$ 0,45 do dia 1º ao dia 8 deste mês. Em 2020, a perda média é estimada em R\$ 0,17 por litro.

— Essas reduções ocorrem por um motivo político. Se aumentasse os preços durante a Covid, isso geraria pressão. A empresa usa o lucro com a atividade de exploração e produção de petróleo para subsidiar as margens de refino — afirmou Cristiano Costa, analista da J. Global Energy.

Não há um consenso no mercado sobre o tema. Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura, afirma que ao longo de 2020 o preço se manteve, em média, em linha com o mercado:

— Tivemos preços acima e abaixo da paridade. Mas, na média, estamos dentro da paridade, sem movimentos díspares como no passado.

Em resposta à Abicom, a Petrobras disse que os custos efetivos de importação variam de agente para agente, dependendo de características como as relações comerciais no mercado internacional e doméstico, o acesso à infraestrutura logística e à escala de atuação.

Mas ressaltou que mantém sua “autonomia para precificação de produtos e seu compromisso com a prática de preços alinhados com as cotações internacionais”.

‘Extrema cautela’

A estatal afirma que a declaração da Abicom deve ser vista “com extrema cautela”. “Estão mantidos os princípios que balizam a prática de preços da Petrobras, como paridade de importação, margens para remuneração dos riscos inerentes à operação, e nível de participação no mercado.

Desta forma, é natural que agentes menos eficientes sejam os primeiros a perder espaço em um momento de maior competição”, disse a estatal em nota.

Analistas de mercado afirmam que o produto mais sensível é o diesel, em razão do histórico da greve dos caminhoneiros. A Petrobras tem fatia entre 75% e 80% nos mercados de diesel e gasolina.

Para Rodrigo Leão, coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), os preços de derivados caíram muito desde 2020 com a redução da cotação do petróleo no mercado internacional, que chegou a US\$ 35:

— A Petrobras pratica a paridade de preços internacionais de maneira diferente entre os dois mercados de combustíveis. Os importadores brigam porque ela não faz mais o reajuste quase diário. Como não é mais assim, haverá defasagens temporais. E essa volatilidade prejudica os importadores.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 14/01/2021



JORNAL DO COMMERCIO - PE

Com a saída de Leonardo Cerquinho, Suape terá seu sétimo presidente durante a gestão Paulo Câmara

Já passaram pelo porto Bernardo D'Almeida, Evandro Avelar, Thiago Norões, Marcos Baptista Carlos Vilar e Leonardo Cerquinho. Nome cotado para assumir na gestão de Geraldo Julio na Sdec é Roberto Gusmão, ex-Emlurb

Por Adriana Guarda



https://imagens.ne10.uol.com.br/veiculos/_midias/jpg/2021/01/14/806x444/1_cerquinho1-17042673.jpeg

Leonardo Cerquinho assumiu a presidência do porto em janeiro de 2019 e fez uma gestão azeitada - FOTO: Divulgação/Suape

O governo do Estado anunciou oficialmente nesta quinta-feira (14), a saída de Leonardo Cerquinho da presidência do Porto de Suape e de Jaime Alheiros do Porto do Recife, confirmando a notícia publicada nesta quarta (13) pelo Blog de Jamildo. Com a saída de Cerquinho, o Complexo de Suape vai trocar de presidente pela sétima vez durante as gestões do governador Paulo Câmara. É como se fosse mais de um indicado por ano, um recorde nas mais de quatro décadas de história de Suape. A mudança de comando acontece no dia 1º de fevereiro.

A substituição de Cerquinho será para abrigar a equipe do novo secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, o ex-prefeito do Recife, Geraldo Julio. A Sdec será uma vitrine para o provável candidato ao governo do Estado em 2022. A mudança de comando também vai acontecer no Porto do Recife, onde o novo presidente Jaime Alheiros, mal sentou na cadeira, em dezembro do ano passado. Em Suape, o nome é do ex-presidente da Emlurb, Roberto Gusmão, e no Recife o administrador e mestre em gestão pública, Marconi Muzzio.

Antes de Cerquinho, já passaram por Suape no governo de Paulo: Bernardo D'Almeida, Evandro Avelar, Thiago Norões, Marcos Baptista e Carlos Vilar. Com exceção de Vilar (funcionário de carreira do Porto do Recife) e de Cerquinho (com expertise em logística e comércio exterior), nenhum tem experiência no setor portuário. Muitas das trocas foram para angariar apoio político e acomodar aliados. Um dos momentos mais criticados foi a entrega da presidência do porto ao Partido Progressista (PP), de Eduardo da Fonte. Carlos Vilar foi indicado pelos aliados e assumiu em junho de 2018, mas a pressão do mercado foi forte e Leonardo Cerquinho ganhou o cargo em janeiro de 2019.

Essa descontinuidade na gestão atrapalhou o andamento de projetos dentro do porto, desde pequenas obras de infraestrutura e manutenção até grandes construções. Sem falar no desalinhamento político com o governo Federal, que passou a fechar o cofre para Suape, desde que o ex-governador Eduardo Campos anunciou sua candidatura à Presidência da República em 2014, fazendo frente a presidente em reeleição, Dilma Rousseff.

CENÁRIO

Geraldo Julio já acumulou a secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Porto de Suape, em 2011, mas o cenário econômico de Pernambuco era muito diferente. Naquele ano o PIB cresceu 9,3% em 2010 e 4,5% em 2011. A taxa de desemprego era uma das menores do País, com apenas um dígito (5%), e se falava em pleno emprego. As reuniões do Condic somavam bilhão em projetos e era preciso ordenar a avalanche de empresas que queriam se instalar em Suape. Eram comuns voos de helicóptero para apresentar o complexo a empresários e autoridades de outros estados e países.

Nos seus anos de gestão, Cerquinho precisou ser criativo, contagiar equipes, apostar em inova e negociar muito para conseguir fazer "do limão uma limonada", como ele gosta de dizer. Os grandes empreendimentos industriais não chegaram mais com a mesma velocidade, a economia demorou a se recuperar após a recessão e depois veio a pandemia da covid-19. Mesmo assim, Suape ainda conseguiu bater recordes de movimentação de carga ano a ano.

Para 2020, a previsão da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas (Condepe/Fidem) é que o PIB feche com queda entre 1,5% e 2%. A taxa de desemprego no Estado atingiu 18,8% (Pnad Contínua mais recente), a atração de investimentos por meio das reuniões do Condic em 2020 foi a pior dos últimos sete anos. Por tudo isso, Geraldo Julio não terá vida fácil nesse retorno como secretário, embora conheça bem a economia pernambucana e o Porto de Suape.

Veja o comunicado do governo do Estado na íntegra:

A partir de 1º de fevereiro, o Porto do Recife e o Complexo Industrial Portuário de Suape terão nova gestão. O secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Geraldo Julio, escolheu o administrador de empresa e mestre em Gestão Pública, Marconi Muzzio, para o posto de presidente do Porto do Recife e o engenheiro e ex-secretário de infraestrutura do Recife, Roberto Gusmão, para a presidência do Porto de Suape. A nova estrutura assume o desafio de ampliar os projetos estruturadores para os terminais e consolidar Pernambuco como um centro logístico na movimentação de cargas no Nordeste.

O empresário e engenheiro agrônomo com mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Roberto Gusmão, foi presidente da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb) e secretário de Infraestrutura do Recife. Ele assume o lugar de Leonardo Cerquinho no Porto de Suape, na fase em que o ancoradouro atinge uma marca histórica. O Balanço anual contabiliza 25,6 milhões de toneladas movimentadas em 2020, um aumento de 7,53% em relação a 2019, quando o porto movimentou 23,8 milhões de toneladas. Em números absolutos, são 1,8 milhão de toneladas a mais. É o maior volume já registrado nos 42 anos de Suape e acima da meta estabelecida para o ano, marcado por uma pandemia que atingiu a economia mundial.

Já no Porto do Recife, o desafio passa para as mãos de Marconi Muzzio. Ele é analista do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e foi Secretário Executivo de Turismo do Estado em 2011. Em 2013, assumiu a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas do Recife, depois a Chefia de Gabinete do Prefeito em 2017 e voltou à Administração em 2019, ano em que foi designado membro do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV.

Ele é o 23º (entre titulares e interinos) presidente a assumir o comando do ancoradouro recifense, desde o convênio de delegação firmado entre o Governo do Estado de Pernambuco e a União Federal em junho de 2001 e que passou a administração e exploração do Porto Organizado do Recife para o Estado de Pernambuco por intermédio da empresa Porto do Recife S.A. Muzzio vai substituir o arquiteto e urbanista Jaime Alheiros. Em 2020, o Porto do Recife cresceu 12%.

Fonte : Jornal do Commercio - PE

Data : 14/01/2021

APÓS REUNIÃO COM A FORD, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ACOMPANHA TRÊS INQUÉRITOS CONTRA MONTADORA

Já existem três inquéritos civis abertos nas regiões onde a montadora vai fechar fábricas: Camaçari (BA), Taubaté (SP) e Horizonte (CE)

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai acompanhar de perto os desdobramentos do encerramento das atividades da Ford no Brasil. Após reunião com representantes da multinacional na manhã desta quinta-feira, 14, o órgão criou um Grupo Especial de Atuação Finalística (Geaf) para monitorar os impactos do fechamento de três fábricas da companhia norte-americana, que podem afetar até 5 mil trabalhadores.

De acordo com o MPT, já existem três inquéritos civis abertos nas regiões onde a Ford deixará de produzir. Na segunda-feira, 11, a montadora americana anunciou o fechamento das fábricas em Camaçari (BA), onde ficam as linhas dos modelos EcoSport e Ka; Taubaté (SP), que produz motores; e Horizonte (CE), onde são montados os jipes da marca Troller.

Com base nesses três processos, foi criado um Geaf por meio do qual as procuradoras do trabalho que comandam os inquéritos na Bahia, Ceará e São Paulo poderão atuar de forma "coordenada e estratégica" para mitigar os impactos da decisão da Ford.

Por meio de nota, o procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro, demonstrou preocupação com os reflexos sociais e com a empregabilidade dos trabalhadores da empresa após o fim das atividades nas três unidades. Ele ressaltou que existe toda uma cadeia produtiva do entorno da empresa que também será atingida.

Pela Ford, participaram da reunião o diretor jurídico da companhia, Luís Cláudio Casanova, o gerente de Relações Governamentais, Eduardo Freitas, e três advogados da empresa. Segundo o MPT, os representantes da montadora repetiram os argumentos que a empresa vem sustentando para justificar sua saída do Brasil e se comprometeram a encaminhar ao Ministério Público do Trabalho todas as informações requisitadas sobre as demissões.

O secretário especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, e o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, também participaram da reunião virtual.

Como mostrou o Estadão, o Ministério da Economia já iniciou conversas para apoiar a recolocação dos trabalhadores da Ford que vão perder o emprego com a saída da montadora do Brasil. Uma das possibilidades é a criação de um programa específico para ajudar esse grupo de trabalhadores altamente qualificados.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/01/2021

BNDES CONCEDE CRÉDITO DE R\$ 3,9 BI PARA 2ª TERMELETRICA NO PORTO DO AÇU

Por Willian Miron



https://economia.estadao.com.br/blogs/coluna-do-broad/wp-content/uploads/sites/431/2021/01/plataforma-do-terminal-gnl-galeria_130120211646.png

Foto: Divulgação/GNA

A Gás Natural Açú (GNA), joint venture formada pela BP, Siemens AG e Prumo Logística, obteve financiamento de R\$ 3,93 bilhões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) para implantar uma usina termelétrica movida a gás natural, com capacidade instalada total de 1,67 GW, a UTE GNA II. O empreendimento será construído no Porto do Açú, localizado no município de São João da Barra, na região Noroeste do Rio de Janeiro, e tem previsão para entrar em operação comercial em 2023.

Expansão. Esta é segunda usina do parque termelétrico que a GNA está construindo no local. A primeira tem capacidade instalada de 1,33 GW, e contou com financiamento de R\$ 1,8 bilhão do BNDES. A UTE GNA I está em fase final de construção, com previsão de entrada em operação comercial no primeiro semestre deste ano. Além das duas usinas, a GNA possui licença ambiental para dobrar sua capacidade instalada nos parques termelétricos, e, no futuro, pode chegar a 6,4 GW de capacidade instalada.

Energia. A UTE GNA II é composta por três turbinas a gás natural e uma a vapor, todas fornecidas pela Siemens, e poderá funcionar em ciclo combinado. Além disso, o empreendimento prevê uma subestação que se conectará ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A estimativa é que o total de energia gerada pela usina será suficiente para abastecer 7,8 milhões de residências.

Empregos. Durante a construção do empreendimento, espera-se que sejam gerados aproximadamente 5 mil empregos, e quando a usina estiver em funcionamento, serão abertos 500 postos de trabalho. A construção das usinas e o fornecimento de equipamentos, como turbinas a gás e a vapor, além das caldeiras de resfriamento são de responsabilidade da Siemens, que também fornecerá serviços de longo prazo, operação e manutenção para as unidades. Já o gás natural que abastecerá os empreendimentos será importado e fornecido pela BP.

Pré-Sal. A usina será instalada junto ao terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL). Além disso, o empreendimento ficará próximo aos campos produtores da camada pré-sal, ao circuito de transmissão de energia de 500 kV licitado recentemente e à malha de gasodutos.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/01/2021

'A SOCIEDADE PRECISA PRODUZIR PROFISSIONAIS COM ESPÍRITO EMPREENDEDOR', DIZ FUNDADOR DA EMBRAER

Para Ozires Silva, investimento em educação é solução para que o País tenha companhias inovadoras; engenheiro afirma também que unidade de aviões executivos da Embraer deve ajudar empresa a atravessar a pandemia

Por Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo

Entrevista com

Ozires Silva, fundador da Embraer

Poucos dias após completar 90 anos e 51 anos após criar uma das empresas mais tecnológicas do Brasil, o fundador da Embraer, Ozires Silva, defende que "a sociedade produza constantemente profissionais capacitados, corajosos e com espírito empreendedor" para que novas companhias com potencial inovador surjam no País. Para isso, diz ele, é necessário investimento em educação. "Se houvesse mais instituições educacionais do nível do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), em outras áreas de conhecimento, certamente os cidadãos realizariam maiores proezas no desenvolvimento de empresas e do País", afirmou, em entrevista por e-mail.

Hoje presidente do conselho de inovação da Ânima Educação - empresa que reúne instituições de ensino superior como São Judas e Unisul, entre outras -, Silva diz que a Embraer tem capacidade para se manter competitiva mesmo diante de um cenário adverso que reúne a pandemia da covid-19 e a frustração com o fim do acordo com a Boeing. Em abril do ano passado, a americana desistiu de comprar a unidade de aviação comercial da brasileira, um negócio de US\$ 4,2 bilhões.

"A linha de aviões executivos (da Embraer) é muito moderna e customizável. Esse segmento está ajudando a empresa a manter um adequado nível de atividades, em especial durante este período da

pandemia de covid-19, que tem atingido fortemente a aviação comercial. (...) O segmento da aviação comercial recuperará sua atividade após a pandemia e a Embraer estará pronta para manter sua atuação competitiva”, afirmou.

Confira, a seguir, trechos da entrevista.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/6/7/1610624654976.jpg>

Para Ozires Silva, a Embraer pode se manter competitiva mesmo com a crise causada pela pandemia. Foto: Ernesto Rodrigues/Estadão - 22/6/2018

Em 2018, o senhor estava animado com a possível venda da unidade de aviação comercial da Embraer para a Boeing. Como recebeu a notícia, no ano passado, de que a Boeing havia desistido da compra? Eu não diria que estive animado com a venda, embora reconhecesse os motivos que a sustentavam. A compra da canadense Bombardier pela Airbus daria a um dos maiores competidores da Embraer (a Bombardier) um grande fôlego para crescimento. A Boeing percebeu que a Embraer seria o melhor caminho para competir com a Airbus no campo da aviação regional. Porém, as negociações entre Boeing e Embraer foram muito difíceis e a configuração final era de complexa execução, o que me deixava preocupado. Na sequência, a Boeing passou a enfrentar problemas com um avião recentemente lançado no mercado, o 737-500 MAX, que passou a exigir enormes gastos em investigações e ressarcimentos, mudando sua prioridade. O negócio foi encerrado. Penso que a Embraer será capaz de encontrar seus caminhos sem a Boeing.

Sem a Boeing e após a Airbus ter comprado o programa de jatos comerciais da Bombardier, como fica a situação da Embraer?

A Embraer sempre foi uma empresa muito competitiva. Ela tem uma extensa linha de aviões tanto comerciais quanto executivos. A linha de aviões executivos é muito moderna e customizável. Esse segmento está ajudando a empresa a manter um adequado nível de atividades, em especial durante este período da pandemia de covid-19, que tem atingido fortemente a aviação comercial. As pessoas incorporaram a mobilidade regional e internacional ao seu estilo de vida. O segmento da aviação comercial recuperará sua atividade após a pandemia e a Embraer estará pronta para manter sua atuação competitiva.

Qual estratégia a Embraer deve adotar para sobreviver ao mercado mais competitivo e à crise da pandemia, que praticamente paralisou a indústria aeronáutica?

A Embraer tem uma incrível equipe de gestores, engenheiros, fornecedores e colaboradores nas mais diferentes áreas. Tem também um dos melhores portfólios de aeronaves para seus clientes. Não atuo mais na empresa há muitos anos, por isso não posso falar sobre sua estratégia. Mas não tenho nenhuma dúvida de que a empresa está muito bem equipada para avançar e continuar sendo um player de enorme importância no setor.

O sr. já comentou, em outras entrevistas, que sua experiência na esfera pública o fez perceber que o governo é lento e controlador. Por isso, a melhor opção seria privatizar. Como analisa o governo Bolsonaro sob esse aspecto e a falta de avanço nas privatizações?

A privatização foi fundamental para a continuidade e sucesso da Embraer. Não estou apto para falar da realidade atual de outros setores e negócios em que o governo mantém atividade econômica.

Ozires Silva

A Embraer é um dos principais exemplos de empresa inovadora brasileira. É possível criar aqui outras companhias que desenvolvam tecnologia como a Embraer? Como fazer isso?

O meio para isso está nas pessoas. É preciso que a sociedade produza constantemente profissionais capacitados, corajosos e com espírito empreendedor. Pessoas devem ser estimuladas pelo conhecimento e pelo ambiente em procurar desafios e a inovar. A educação é o instrumento fundamental para a transformação das populações. Foi isso que o ITA fez com a indústria

aeronáutica brasileira e a região em que ele foi instalado. Se houvesse mais instituições educacionais do nível do ITA, em outras áreas de conhecimento, certamente os cidadãos realizariam maiores proezas no desenvolvimento de empresas e do País. Seria melhor assegurado o desenvolvimento econômico da sociedade.

O que permitiu que, 50 anos atrás, uma empresa de tecnologia de ponta fosse criada no País? A palavra-chave é "educação". O brigadeiro Casimiro Montenegro Filho foi um dos maiores visionários que viveram em nosso País, tendo sido a força que idealizou e viabilizou o ITA, cuja missão era formar engenheiros aeronáuticos. O ITA, desde seu início, primou pela excelência de sua educação. Em 1954, quando houve a cerimônia de formatura da sua primeira turma de engenheiros, o brigadeiro Montenegro disse: "Vocês estão prontos. Um dia vocês irão fabricar aviões que voarão por todo o mundo. Eu posso não estar aqui para ver, mas tenho certeza de que vocês farão."

Como foi a conversa que o senhor teve com o então presidente Costa e Silva para convencê-lo a criar a Embraer? Ele comprou sua ideia facilmente?

A conversa ocorreu por uma casualidade muito favorável. O presidente estava em voo para um evento em Guaratinguetá (SP) mas o mau tempo o fez pousar em São José dos Campos, junto ao Centro Tecnológico da Aeronáutica, o CTA. Como naquele momento eu, como tenente-coronel da aeronáutica, era a autoridade presente, fui incumbido de receber o presidente. Aproveitei a oportunidade para mostrar a ele o que vínhamos fazendo em termos de desenvolvimento de aviões, inclusive o avião Bandeirante, que estava nascendo na mesma época. O ministro da Aeronáutica na época, Marcio de Souza e Mello, já vinha comentando com o presidente sobre as tendências da aviação mundial no sentido da ampliação da aviação regional e que o Brasil teria vocação para este setor. A visita inesperada do presidente às nossas instalações de projeto e construção do Bandeirante ajudou a dar melhor visão a ele sobre o assunto. O tema ainda precisou de mais alguns meses de estudos e convencimento para que finalmente fosse dada a aprovação a constituição da Embraer.

Qual foi o momento mais difícil que o senhor viveu na Embraer?

O maior desafio foi o período que antecedeu a privatização da empresa, de 1991 a 1994. A empresa estava em um momento de transição e não projetava ter um futuro promissor sob as rígidas regras que regem as empresas do Estado. Ela precisava ser privatizada e assim ganhar agilidade para voltar a investir e crescer. Sabemos que o tema da privatização é sensível no Brasil e, ainda que a necessidade fosse clara, houve muita resistência. Foi preciso manter o foco e a perseverança em níveis muito elevados, e concluímos com sucesso a tarefa. No final a privatização se mostrou como a decisão correta, pois a empresa cresceu muito, gerou muitos empregos e riqueza para a região e o Brasil. Posso dizer que ver esse sucesso que a empresa atingiu, tendo se tornado uma das maiores empresas do setor no mundo é muito gratificante. Igualmente prazeroso foi ter a confirmação de que nossa tese inicial, tomada lá nos anos 60, de investir na aviação regional, afastando-se da competição dos grandes fabricantes mundiais que eram então focados nos grandes aviões.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 14/01/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

SAÍDA DA FORD NÃO AFETA PRIVATIZAÇÃO, AFIRMA MAC CORD

Secretário afirma que política de investimento do país não pode ser baseada em subsídio

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

A saída da Ford do Brasil não reduz o interesse de investidores privados nas empresas públicas brasileiras, disse o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, ao Valor. Para ele, a forma de se fazer negócios no país não pode

mais ser baseada em subsídios. Com a troca do comando da Câmara dos Deputados, acrescentou, a expectativa é concluir processos importantes de privatização neste ano, como da Eletrobras e dos Correios.

“Todo mundo sabe que o setor automobilístico tem subsídios pesadíssimos por trás desde sempre. Não só no país, no mundo. E agora a forma de se fazer negócios no Brasil mudou, não pode ser baseada em subsídios, porque isso tira o incentivo que o privado tem de ser eficiente”, afirmou. Nesta semana, a montadora anunciou o encerramento da produção de veículos no país.

Para Mac Cord, o ano traz boas expectativas para os processos de privatização, que caminharam em ritmo bem mais lento que o planejado pela equipe econômica nos dois primeiros anos de governo. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, já admitiu frustração com o andamento das operações. Salim Mattar, por exemplo, pediu demissão do cargo de secretário especial devido à dificuldade de fazer as vendas avançarem.

A troca da presidência da Câmara, com a saída de Rodrigo Maia (DEM-RJ) do posto, deve ajudar a destravar a agenda de desestatização, defendeu o secretário. “A gente não pode esquecer que o presidente da Câmara tem sim um acordo com partidos que são contrários às privatizações”, disse, reforçando um posicionamento que vem sendo defendido por Guedes, de que Maia não deixou os processos avançarem na Casa.

O secretário defende que o atual projeto de privatização da Eletrobras, no Congresso desde o fim de 2019, está maduro e deve encontrar apoio entre os deputados. Há pontos que mostram um “alinhamento grande de interesses” com as bancadas e não há motivo “a não ser o ideológico” para que a proposta não siga adiante, disse.

“Entendendo que o setor elétrico precisa de uma reinvenção, parte dos recursos vão para revitalização da bacia do São Francisco, parte para modernização do parque gerador do Norte, para evitar casos como o do Amapá de novo”, afirmou. Mac Cord completou que o projeto poderá avançar a partir do momento que houver um presidente da Câmara “comprometido com o futuro do Brasil”.

Da mesma forma, o projeto de lei relativo à privatização dos Correios, outra prioridade na lista da equipe econômica, deverá ser enviado ao Congresso apenas depois da mudança no comando da Câmara. Além dessas duas, outras três estatais devem ser vendidas neste ano, segundo o secretário: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) e Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Belo Horizonte.

Em relação ao porto de Santos, também incluído entre as vendas prioritárias por Guedes, a operação está prevista para ser concluída em 2022. Já no caso dos contratos de petróleo geridos pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), Mac Cord preferiu não dar uma previsão. Os processos são complexos, disse, e é justificável investir mais tempo na elaboração da proposta.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021

DESAFIOS PARA INDÚSTRIA VÃO MUITO ALÉM DA RETOMADA

Brasil perde competitividade nas exportações, mostra o IEDI

Os dados mais recentes sobre o setor industrial indicam que a recuperação, iniciada ainda no primeiro semestre de 2020, continuou nos últimos meses do ano. Segundo divulgou o IBGE na sexta-feira, pelo sétimo mês seguido, a produção da indústria nacional cresceu em novembro, com alta de 1,2% em relação a outubro. Todas as grandes categorias industriais tiveram alta frente a outubro, com destaque para a produção de bens de capital (7,4%) e bens de consumo duráveis (6,2%), que apresentaram as maiores taxas positivas.

De janeiro a novembro a indústria – o setor econômico que apresenta retomada do crescimento de forma mais expressiva – continua no vermelho, com perda de 5,5%. No acumulado em 12 meses, a

queda foi de 5,2%. Mesmo com o desempenho positivo recente, a produção industrial ainda se encontra 13,9% abaixo do nível recorde, alcançado em maio de 2011.

Ou seja, há ainda um longo caminho para que a indústria volte a operar de forma plena. E existem também muitas dúvidas quanto às possibilidades de o setor manter o ritmo de expansão neste ano diante das mudanças de alguns dos fatores que constituíram exatamente a base da retomada industrial. O mais significativo é a decisão governamental de não prorrogar a concessão de ajuda emergencial para uma larga faixa da população como ocorreu no ano passado.

Com os estoques em baixa – especialmente de insumos para a própria indústria -, a produção do setor apresenta um cenário positivo de curto prazo por causa da necessidade de recomposição do nível de produtos armazenados. Mas a partir do segundo trimestre em diante o setor deve sentir mais os efeitos negativos do desemprego, da queda da renda e do recrudescimento da covid-19, fatores que podem conter o consumo das famílias.

No lado positivo estão as perspectivas de aumento das exportações industriais, por causa da esperada recuperação da economia global, e a vacinação contra a covid-19, embora esse movimento esteja atrasado no Brasil em relação a outras nações.

Tão relevante quanto acompanhar a evolução dos dados conjunturais da indústria com especial cuidado nesse momento de crise é analisar com maior profundidade a situação do setor ao longo dos últimos anos e identificar os problemas que levam o setor a exportar relativamente pouco – lembre-se que cresce a cada ano a importância das exportações agrícolas e de outras commodities como minério, em contraposição à venda ao exterior de produtos manufaturados.

A inspiração para o debate pode vir de muitas fontes, como do estudo divulgado recentemente pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sobre o nível de complexidade das exportações brasileiras, bem como a pressão concorrencial exercida pela China nos principais mercados de nossas vendas externas de bens produzidos pela indústria.

Os dados mais recentes do levantamento do Iedi referem-se a 2018 e mostram que houve uma interrupção na trajetória contínua de perda de posição das exportações do Brasil no ranking de complexidade econômica, tendência que ocorreu entre 1995 e 2008. Depois de o país ter ocupado a 25ª posição deste ranking em 1995, recuamos à 48ª colocação em 2008 e para o 50º lugar em 2014. O Brasil passou à 49ª posição em 2018.

Segundo os analistas do Iedi, esperava-se que o país se saísse um pouco melhor devido a dois fatores. A gravidade da crise econômica de 2015-2016 e o baixo crescimento doméstico no biênio 2017-2018 exerceram pressão para que as empresas brasileiras buscassem amenizar as perdas aumentando sua participação no mercado externo. Além disso, houve razoável depreciação do real no período (18,5% em termos efetivos reais em 2018 frente a 2014), ampliando a competitividade do produto brasileiro no exterior.

Ainda segundo a análise do Iedi, esses dados mostrariam a importância de se alavancar “a competitividade da estrutura produtiva brasileira, o que requer não só preços macroeconômicos (taxas de juros e de câmbio) favoráveis e estáveis para as exportações, mas também reformas estruturais, como a tributária, e políticas industrial, tecnológica e ambiental que respondam aos desafios das novas tecnologias e da mudança climática” além de instrumentos mais amplos de crédito.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021

BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 3,9 BI PARA TÉRMICA NO PORTO DO AÇU

Térmica terá capacidade instalada total de 1,6 gigawatts e integrará o projeto do parque de geração a gás natural liquefeito em desenvolvimento no porto

Por Gabriela Ruddy e Alessandra Saraiva, Valor — Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 3,93 bilhões à Gás Natural Açú para a BNDES aprova financiamento de R\$ 3,9 bi para térmica no Porto do Açú no norte do estado do Rio de Janeiro.

O banco lembrou, em informe, que o parque Termoelétrico do Porto do Açú é decisão de investimento da Prumo Logística S.A., controlada pela EIG Global Energy Partners -, da Siemens AG, e da BP.

Em seu informe, o banco detalhou que a térmica terá capacidade instalada total de 1,6 gigawatts (GW) e integrará o projeto do parque de geração a gás natural liquefeito (GNL) em desenvolvimento no porto.

A primeira unidade do empreendimento, a UTE GNA I, tem 1,3 GW de capacidade e também recebeu financiamento do BNDES, lembrou a instituição de fomento em seu comunicado. A previsão é que a primeira parte do projeto entre em operação comercial no primeiro semestre de 2021 e a segunda unidade comece a operar a 2023, segundo informações apuradas pelo BNDES.

Durante a construção da térmica, de acordo com cálculos do BNDES, deverão ser gerados cerca de 5.000 empregos. Segundo números citados pelo banco no informe sobre o financiamento, há previsão de outros 500 postos de trabalho quando a usina entrar em operação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021

AO VENDER USINAS, BR PÕE FIM A IMPASSE DE 14 ANOS

Distribuidora de combustíveis firmou memorando de entendimentos com New Fortress Energy de seus 45% na Pecém Energia e 50% na Energética Camaçari Muricy II

Por André Ramalho — Do Rio

Distribuidora de combustíveis firmou memorando de entendimentos com New Fortress Energy de seus 45% na Pecém Energia e 50% na Energética Camaçari Muricy II

Ao assinar um memorando de entendimentos com a americana New Fortress Energy, para venda de suas fatias de 45% na Pecém Energia e de 50% na Energética Camaçari Muricy II, a BR Distribuidora dá mais um passo na sua estratégia de vender ativos non core. Desde a sua privatização, em 2019, a empresa já se desfez de outros dois negócios (a Stratura Asfaltos e a CDGN Logística, de gás natural comprimido), que podem render até R\$ 125 milhões para a companhia.

A Pecém Energia e a Energética Camaçari Muricy II são sociedades de propósito específico (SPE) mantidas em parceria com a CCETC e responsáveis por dois projetos de termelétricas a óleo diesel em Dias D'Ávila (BA): Pecém II e Muricy II, ambos com capacidade instalada de 144 megawatts. A venda dos ativos para a New Fortress Energy pode marcar, para a BR, o fim de um imbróglho de 14 anos envolvendo a construção das duas térmicas e que pode lhe render multas.

As unidades foram negociadas num leilão de energia nova em 2006, mas nunca saíram do papel. Depois de uma longa judicialização envolvendo a participação dos projetos na licitação, as usinas só foram homologadas em 2013. Em 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou a minuta do contrato de comercialização no ambiente regulado e traçou um novo cronograma para os empreendimentos. Um fonte explica que, na ocasião, contudo, em vias de ser privatizada, a BR já não enxergava atratividade nos projetos.

Em seu formulário de referência de 2020, a distribuidora informou que a operação comercial dos projetos estava prevista para outubro do ano passado e que as usinas poderiam “sofrer atrasos em decorrência de uma série de fatores, incluindo alongamento do processo de licenciamento ou falhas e inconsistências dos projetos, o que poderá acarretar na aplicação de multas pela Aneel”.

O órgão regulador esclareceu que o não cumprimento dos prazos tem repercussões contratuais e editalícias e que “um eventual novo controlador tem que assumir todos os passivos relacionados a sua aquisição”.

A BR informou, por sua vez, que a alienação dos ativos está de acordo com as diretrizes da companhia, de buscar a otimização do portfólio e alocação do capital. “Ao mesmo tempo, a companhia também avalia novas oportunidades de negócios”, complementou a empresa, ao citar, por exemplo, a aquisição recente do controle da comercializadora Targus, para atuar no mercado livre de energia.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 14/01/2021

COM A HYGO, COMPANHIA SE POSICIONA NO SETOR NO BRASIL

Aquisição da Hygo Energy ocorre após a tentativa malsucedida de abrir capital, pondo em xeque sua capacidade de se capitalizar e expandir os negócios

Por André Ramalho — Do Rio

Aquisição da Hygo Energy ocorre após a tentativa malsucedida de abrir capital, pondo em xeque sua capacidade de se capitalizar e expandir os negócios

Ao adquirir a Hygo Energy (Golar Power), um dos atores mais ativos no processo de abertura da indústria brasileira de gás natural, a americana New Fortress Energy se posiciona como uma figura de peso no novo mercado de gás em gestação no país. O negócio acontece após a tentativa malsucedida da Hygo de abrir capital, nos Estados Unidos, numa crise que colocou em xeque a capacidade da companhia de se capitalizar e expandir os negócios. Agora, sob nova direção, a expectativa no mercado é que os projetos concebidos pela Golar ganhem um novo fôlego no Brasil.

A maré virou para a Golar Power em setembro, quando o então presidente da empresa, Eduardo Antonello, se tornou alvo de investigações da Lava-Jato por suspeitas de corrupção nos tempos em que ele atuava na Seadrill, em contratos com a Petrobras. A notícia caiu como uma bomba, num momento em que a companhia preparava para abrir capital nos EUA. A operação acabou suspensa na ocasião.

A turbulência ganhou novos episódios nas semanas seguintes, no Brasil. A Petrobras considerou o Grau de Risco de Integridade (GRI) da Golar alto e desclassificou a única proposta válida recebida para o arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia. Em sua defesa, a Golar alega que as investigações não têm conexão com suas atividades e são relativas a condutas anteriores ao trabalho de Antonello na companhia. O executivo acabou afastado.

Em seguida, foi a vez da Norsk Hydro anunciar, sem maiores detalhes, o cancelamento, em comum acordo, de um memorando de entendimento para fornecimento de gás para a Alunorte. O combustível seria importado pelo terminal de GNL de Barcarena (PA), onde a Golar está replicando o modelo de geração termelétrica a GNL implementado em Sergipe.

Além da geração a gás, a Hygo vinha desenvolvendo também projetos de distribuição de GNL de pequena escala (numa sociedade em negociação com a BR Distribuidora). Não está claro ainda, contudo, se a iniciativa será mantida.

“Para o mercado brasileiro, a entrada de agentes como a New Fortress pode representar uma adição importante para o adensamento do ambiente concorrencial. É um grupo com muitos ativos [de GNL] já operacionais em pequena escala, por exemplo, além de atuar no negócio LNG-to-Power [termelétricas abastecidas por GNL]. Trata-se de mais uma demonstração de força e atratividade do nosso mercado”, diz o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 14/01/2021

WEG FECHA CONTRATO PARA EQUIPAR QUATRO TERMELÉTRICAS EM RORAIMA

Além de fornecer os equipamentos, a fabricante ficará responsável também pelos serviços de logística, montagem e comissionamento

Por Leticia Fucuchima, Valor — São Paulo

A WEG assinou um contrato com a OXE Energia para fornecer quatro conjuntos de turbo-geradores para usinas termelétricas movidas a biomassa localizadas em Roraima.

O contrato, com faturamento total de R\$ 39 milhões, prevê ainda a instalação de quatro turbinas de reação, condensação, com duas tomadas sem controle, em conjunto com quatro geradores síncronos trifásico e quadros elétricos de proteção e controle. Além de fornecer os equipamentos, a fabricante ficará responsável também pelos serviços de logística, montagem e comissionamento.

As entregas do pedido ocorrerão no primeiro trimestre deste ano. As usinas termelétricas devem entrar em operação até o mês de junho.

Instaladas em dois locais distintos, com aproximadamente 50 quilômetros de distância, as termelétricas da OXE Energia têm 11,5 megawatts (MW) de capacidade instalada individual e utilizarão cavaco de madeira reflorestada como biomassa. A energia que será gerada neste processo foi contratada em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os quatro empreendimentos fazem parte do plano de segurança elétrica desenhado para Roraima, o único Estado do país que ainda não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Desde 2019, Roraima deixou de receber energia da Venezuela e passou a depender integralmente das termelétricas locais, que operam com óleo diesel.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021

EXPORTAÇÕES DA CHINA AUMENTAM 3,6% EM 2020, CRESCIMENTO RECORDE

Importações caíram 1,1% no ano passado, resultando em um superávit comercial anual de US\$ 535,03 bilhões

Por Dow Jones Newswires — Pequim



[https://s2.glbimg.com/hvc8kgx2DFG0SW4WX_mLzSC8ZoQ=/0x0:4000x2661/924x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/H/q/MjrcOWR3Ga6txhmzONKg/ap-18192181408749.jpg](https://s2.glbimg.com/hvc8kgx2DFG0SW4WX_mLzSC8ZoQ=/0x0:4000x2661/924x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/H/q/MjrcOWR3Ga6txhmzONKg/ap-18192181408749.jpg)

Foto : Chinatopix via Associated Press

A China registrou exportações recordes no ano passado, adicionando fôlego à economia do país, que deverá ser a única grande potência a registrar crescimento em 2020.

As exportações da China em 2020 aumentaram 3,6% em relação ao ano anterior, atingindo uma alta histórica, mostraram dados da Administração Geral de Alfândegas nesta quinta-feira.

As importações da China caíram 1,1% no ano passado, resultando em um superávit comercial anual de US\$ 535,03 bilhões.

Em dezembro, as remessas de saída da China aumentaram 18,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em novembro, houve aumento de 21,1% . A mediana das previsões de economistas consultados pelo "The Wall Street Journal" era de crescimento de 12,9%.

As importações subiram 6,5% no mês passado, melhor que o aumento de 4,5% em novembro e acima das expectativas dos economistas de um aumento de 5,1%.

O superávit comercial de dezembro foi de US\$ 78,17 bilhões, superior aos US\$ 75,42 bilhões de novembro e à previsão dos economistas de US\$ 72 bilhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

PROPOSTA INICIAL PARA TRANSPORTE MARÍTIMO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DEVE SER APRESENTADA PELO GOVERNO EM FEVEREIRO

Segundo Secretaria de Infraestrutura, em 2022 ao menos projeto de implementação deve estar pronto.

Por G1 SC e NSC TV

O governo de Santa Catarina prevê para fevereiro o lançamento de uma nova proposta de utilização do transporte marítimo na Grande Florianópolis, informou o secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Thiago Vieira, em entrevista à NSC TV nesta quarta-feira (13).

O projeto deve ser apresentado às prefeituras da região. Ele informou ainda que o governo pretende ter um projeto pronto para implantação até 2022. O funcionamento segue sem data exata estabelecida.

"Não dá pra se admitir que a Ilha de Santa Catarina, que tem o seu potencial turístico, econômico e que é a Capital do estado, não tenha transporte aquaviário. É certo que até 2022, se nós não tivermos marcado o gol [feito a implantação do sistema], vamos deixar a bola sem goleiro na marca do pênalti... que aí é só fazer a implantação do processo do sistema aquaviário de concessão", explicou.

"Nós teremos um esforço todo concentrado para o transporte aquaviário, para que a gente possa dar passos firmes na implantação do processo de concessão. Já no próximo mês, a gente já vai ter por parte do governador do estado informações sobre o sistema. O estudo está bem consolidado e agora a gente passa para uma próxima etapa de apresentação de uma proposta inicial para todos os atores impactados", disse o secretário.

Em março de 2019 ainda eram necessárias as licenças ambientais do projeto e em outubro a Secretaria de Infraestrutura havia anunciado estudo com possíveis rotas do transporte marítimo.

O primeiro estudo sobre o transporte marítimo em Florianópolis, realizado em 2010, estava preso em uma série de licenças ambientais e de uso de áreas costeiras.

O Departamento de Transportes e Terminais (Deter) chegou a anunciar a operação de catamarãs, uma empresa fez testes, mas o serviço não foi implementado.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data : 14/01/2021



FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

R\$ 3 BILHÕES PARA TERMELÉTRICA À BASE DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO EM SUAPE

Grupo Americano fará investimento para empreendimento que vai gerar dois mil empregos entre a construção e a operação



https://cdn.folhape.com.br/img/pc/1100/1/dn_arquivo/2020/08/porto-de-suape.jpeg
Complexo Portuário de Suape, no Litoral Sul de Pernambuco - Foto: Suape/Divulgação

Pernambuco vai receber um investimento de R\$ 3 bilhões para a instalação de uma usina termelétrica de energia (UTE) à base de Gás Natural Liquefeito (GNL), no Complexo Industrial Portuário de Suape. O empreendimento vai auxiliar o Estado no desenvolvimento econômico, adicionando à sua matriz energética

mais uma operação. A usina deverá gerar cerca de dois mil empregos, durante a sua construção e operação.

O projeto da UTE inclui além da própria usina, a instalação de um terminal de regaseificação em Suape, a implantação de aproximadamente 8 km de dutovias entre o terminal de gás e a usina termoelétrica. Em dezembro do ano passado, o Governo de Pernambuco e a CH4 Energia assinaram Protocolo de Intenções para viabilização do empreendimento.

O empreendimento é da CH4 Energia, uma desenvolvedora de projetos no setor energético, em sociedade com a empresa norte americana New Fortress Energy, fundada em 2014 e, atualmente, com um valor de mercado estimado em U\$ 7,38 bilhões. A empresa americana atua em países como Jamaica, Porto Rico, México e Nicarágua nos ramos de transporte de Gás Natural Liquefeito (GNL), infraestrutura, terminais de regaseificação, usinas de energia e soluções em pequena escala.

A New Fortress Energy, também desenvolve atualmente um terminal de GNL na Irlanda, para fornecimento a clientes industriais. Dos R\$ 3 bilhões que serão aportados, 30% deve sair do empreendedor, e os outros 70% terão como origem bancos de fomento. A expectativa é que a usina entre em operação ainda este ano, no mês de novembro.

A UTE ocupará uma área de 16,5 hectares dentro do Complexo de Suape, onde já possui licença prévia emitida pela Agência de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH). A usina terá capacidade de gerar 1,3 GW (30% mais que a hidrelétrica de Sobradinho) ao final da implantação do projeto, após realização de leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica e Ministério de Minas e Energia, com previsão para ocorrer no primeiro semestre de 2021.

A térmica será abastecida por navio regaseificador de GNL, com capacidade de 21 milhões de metros cúbicos por dia, no Cais de Múltiplos Usos do Complexo de Suape. A previsão é que a usina consuma cerca de 2,5 milhões de metros cúbicos ao dia, potencial que pode ser duplicado futuramente. O excedente de GNL poderá atender à rede da Companhia de Gás de Pernambuco (Copergás), empresa detentora dos direitos de distribuição de gás no Estado.

Para o governador Paulo Câmara, a instalação proporciona uma competitividade para as indústrias instaladas no Estado. “Com a instalação da termelétrica em Suape, o Governo de Pernambuco também viabiliza um grande terminal de regaseificação para o Estado, oferecendo gás com preços muito mais competitivos às indústrias locais. Com a nova lei do gás, que já se encontra na Alepe, um contingente muito maior de empresas poderia migrar para o mercado livre e se beneficiar do novo terminal, gerando um impulso de expansões e novos empreendimentos no Estado”, analisou o governador.

O anúncio do investimento marcou ainda a primeira participação do novo secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Geraldo Julio, na liderança da pasta. O gestor considera que com o empreendimento o Estado irá aumentar a sua competitividade com outros estados. “Pernambuco aumentará expressivamente sua competitividade, graças a muita articulação e muito trabalho. Com a usina termelétrica, incluímos mais um elemento nesse pacote de infraestrutura do Estado, fortalecendo Pernambuco como um hub e aumentando consideravelmente a nossa competitividade nas últimas décadas”, afirmou.

Fonte: Folha de Pernambuco - PE

Data : 14/01/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

BOLSONARO SANCIONA PL DE APOIO A ESTADOS E MUNICÍPIOS ENDIVIDADOS

Texto será publicada no Diário Oficial da União desta quinta

Por Agência Brasil - Brasília

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou hoje (13) o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 101/20, que promove o equacionamento das dívidas dos entes federados com a União e aprimora o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que permite que as unidades da Federação com baixa capacidade de pagamento possam contratar operações de crédito com garantia da União, desde que se comprometam a adotar medidas de ajuste fiscal. O PLP será publicado amanhã (14) no Diário Oficial da União.

O texto institui o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAT), cuja adesão pelo estado ou município passa a ser requisito ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e para repactuação dos acordos firmados com a União. A propositura também cria o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), o qual conterà o conjunto de metas e de compromissos destinados a promover o equilíbrio fiscal e a melhoria da capacidade de pagamento dos entes federados.

A concessão dos benefícios nos contratos de refinanciamento com a União fica condicionada à adoção de contrapartidas destinadas à redução dos gastos públicos. O objetivo, segundo o governo federal, é assegurar a sustentabilidade econômico-financeira dos estados e municípios, além de elevar a sua capacidade de pagamento ao longo do tempo.

O Plano de Recuperação Fiscal deverá prever, dentre outras ações, a alienação total ou parcial de participação societária de empresas estatais; a redução de 20% dos incentivos e benefícios fiscais que representem renúncias de receitas; e a limitação do crescimento anual das despesas primárias ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O projeto também apresenta medidas de reforço à responsabilidade fiscal, como a eliminação escalonada das despesas de pessoal que estiverem acima dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a proibição de contratar operações de crédito dos entes que não conseguirem reduzir as despesas de pessoal.

O presidente vetou parcialmente quatro artigos e integralmente dois artigos do projeto de lei complementar com o argumento de risco de desequilíbrio dos acordos com a União, sob o ponto de vista orçamentário e financeiro e por afetarem as relações entre os entes da Federação, em prejuízo à adequada execução das medidas de ajuste fiscal pelos estados e pelos municípios endividados.

Pagamento por Serviços Ambientais

Bolsonaro também sancionou nesta quarta-feira o projeto de lei que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. O texto também será publicado na próxima edição do Diário Oficial da União.

O texto sancionado trata do pagamento por serviços ambientais depende da verificação e comprovação das ações implementadas e proíbe a aplicação de recursos públicos para pagamento por serviços ambientais a pessoas físicas e jurídicas inadimplentes.

O texto tem como foco medidas de manutenção, recuperação ou melhoria da cobertura vegetal em áreas consideradas prioritárias para a conservação e que se inserem nas ações de combate à fragmentação de habitats e na formação de corredores de biodiversidade e conservação dos recursos hídricos.

O presidente vetou trechos do projeto de lei por inadequação à constitucionalidade e ao interesse público.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 14/01/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EMPRESAS DE LOGÍSTICA APOSTAM EM NOVAS TECNOLOGIAS PARA MELHORAR OPERAÇÃO

Por Dérika Virgulino ECONOMIA 14 Janeiro 2021

Empresas investem em automação e em sistemas que interligam informações a clientes.

O setor de logística foi um dos mais afetados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em razão disso, empresas precisaram se reinventar e investir em tecnologias que priorizassem a automação, com vista à redução do contato entre as pessoas. Assim, a preocupação inicial com a saúde de colaboradores e clientes foi se estendendo a investimentos que buscavam também a melhoria da eficiência operacional e o aumento da confiabilidade de processos.

Para o diretor comercial da Log-In Logística Intermodal, Maurício Alvarenga, a atuação da empresa com a cabotagem, que é essencialmente multimodal, torna ainda mais essencial o investimento em novas tecnologias. Segundo ele, existe a necessidade de conectar os vários modais numa espécie de interface única.

Pensando nisso, a empresa criou uma plataforma de integração modal que será lançada ainda este mês. O sistema já foi testado entre alguns clientes em 2020, e permitirá, entre outros benefícios, o acompanhamento de contêineres onde quer que esteja, no navio ou porto, por meio do acesso à plataforma com o uso de uma senha.

Em razão da pandemia, a Log-In também passou a atuar em frentes mais internas. A primeira delas voltada para o cuidado com os colaboradores, sobretudo, os tripulantes dos navios. Outra frente também interna foi o investimento em RPA (Robotic Process Automation) que, segundo Alvarenga, também trouxe benefícios para os clientes que passaram a fazer acompanhamentos online. O RPA automatizou processos que antes eram manuais.

Foram realizados ainda investimentos em ferramentas de tecnologia com o objetivo de reduzir o consumo de combustível da frota. Ele explicou que a inovação possibilita a leitura de informações de dentro das máquinas dos navios, e o envio de dados diretamente para o comandante. Isso permite que este conduza a embarcação da melhor forma possível até o porto. Além de reduzir custos, a tecnologia contribui para a diminuição na emissão de CO2 para o meio ambiente.



A VLI Logística criou há três anos o Inova VLI. De acordo com o gerente de transformação digital e inovação, Loic Hamon, o programa se desenvolve a partir de três frentes: detectar tendências tecnológicas, inovação aberta e foco na colaboração com startups, universidades, grandes empresas, entre outros agentes. Em 2020, a companhia desenvolveu e priorizou mais de 70 iniciativas digitais de médio e grande porte. Segundo ele, tais iniciativas estão alinhadas aos objetivos de fortalecer uma cultura mais ágil centrada no cliente e transformar o core business para gerar eficiência.

Recentemente a empresa experimentou o uso de drones no processo de arqueação dos navios (leitura digital do calado). Conforme explicou Hamon, além de eliminar a necessidade de lanchas, a companhia reduziu pela metade o tempo da operação. Ele afirmou ainda que a VLI vem estudando o uso de tecnologias para otimizar outras operações como Recheio Digital e Inspeção Remota de Porões.

Já em 2021, no Porto de Santos, a empresa realizou o kick-off do projeto “Proteção à vida”, que utiliza a Internet das Coisas (IoT) para controlar o acesso às áreas de risco do terminal, indicar rota de fuga mais segura e diminuir o tempo de evacuação total.

O especialista em logística da MáximaTech e da onBlox, Fabrício Santos, afirmou quem vem observando o avanço principalmente da inteligência artificial, cada vez mais plugada nos sistemas e ajudando na automação de tarefas. Ele acredita que uma grande tendência para esse ano, que começou em 2020, serão os assistentes virtuais e seus comandos por voz, ajudando os gestores.

Outra tendência, segundo ele, é a automação sistêmica na geração e direcionamento das demandas a serem realizadas pelos operadores, liberando os gestores para cuidarem de atividades mais estratégicas. Já os robôs e drones ainda estão restritos a uma minoria mais tecnologicamente madura. Ele disse que IoT também depende de um grande investimento em infraestrutura por parte do governo para sustentar toda a troca de dados necessária.

No setor portuário, ele reforça que o uso do blockchain vai trazer mais segurança e precisão nas informações de todo o processo portuário, que é mais longo e conta com várias pessoas e empresas envolvidas. Além disso, uma das tendências são os softwares de formação de carga em 3D, que ajudam nos cálculos de cubagem de navios e contêineres, otimizando o espaço para mercadorias e reduzindo o custo geral do frete. Santos destacou que esta tecnologia ainda é pouco utilizada no Brasil, mas deve ganhar força nos próximos anos.

A Log-In também vem investimento em inovação em seu terminal portuário no estado do Espírito Santo. O contrato de concessão foi renovado ano passado até 2048. Alvarenga afirmou que agora com a renovação será possível fazer os investimentos necessários, até mesmo em cumprimento às obrigações contratuais. Ele informou que alguns dos investimentos serão em novos guindastes, bem como em tecnologia nos equipamentos portuários, de modo a garantir o aumento da produtividade.

Para tanto, em 2019 a empresa levantou capital financeiro para a realização de investimentos nos mais diversos setores da companhia. No terminal, o montante a ser investido será de R\$ 130 milhões. Os recursos também serão investidos na expansão da cabotagem com a aquisição de novos navios. Segundo ele, a depender das condições do mercado, a ideia é adquirir um navio este ano.

A empresa aguarda ainda as definições sobre o Projeto de Lei (PL 4199/2020), BR do Mar para definir o melhor modelo de investimento. Alvarenga explicou que o que muda com o projeto é a forma de fazer o investimento, ou seja, com o projeto será possível trazer mais rápido o navio.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/01/2021

“2021 SERÁ O ANO EM QUE MAIS SE EXECUTARÃO ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS NA HISTÓRIA”, DIZ PILONI

Por Dérika Virgulino PORTOS E LOGÍSTICA 14 Janeiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/210113-porto-de-imituba-5.jpg>

O primeiro leilão de área deste ano já está marcado para acontecer em nove de abril.

Com 17 arrendamentos portuários programados para este ano, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni ressalta que será o maior número de leilões de áreas realizados em um único ano da história.

Durante fala sobre retrospectiva de 2020 e previsões para 2021, no podcast 'Caminhos do Brasil', promovido pelo Ministério da Infraestrutura, Piloni afirmou que os arrendamentos deverão render cinco bilhões de investimentos em vários portos pelo país.

De acordo com ele, o primeiro leilão está marcado para acontecer em nove de abril deste ano. Além disso, outros terminais já estão aguardando análise do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo esta a última etapa antes da publicação do edital de concessão.

Um dos portos presentes na lista de arrendamento este ano é o de Santos. Este vai realizar o leilão de mais dois grandes terminais de líquidos (STS08 e STS08A). Piloni lembrou também que em 2020, depois de 14 anos, o porto atualizou o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). Segundo ele, o novo plano traz duas premissas centrais: a da clusterização, organização espacial do porto de forma mais eficiente, e a potencialização das linhas ferroviárias.

Outra conquista do setor portuário em 2020, de acordo com o secretário, foi a entrada de novos players, como é o caso da empresa Ascensus, atuando em terminais arrendados. Isso ocorreu nos quatro últimos leilões realizados no último mês de dezembro. Piloni ressaltou que isso mostra a confiança do investidor está cada vez maior nos projetos de infraestrutura brasileiros.

Ele destacou ainda o crescimento na movimentação dos portos, que fechou 2020 com um aumento de 3,5 a 4% em relação a 2019. O que "puxou" o crescimento foram, principalmente, as cargas do agronegócio e commodities de modo geral. Mesmo em setores de maior preocupação sobre o impacto da pandemia, como contêiner, carga geral, granel líquido, ainda apresentaram um cenário de manutenção da carga movimentada ou de aumento, como é o caso do líquido.

Na avaliação dele, outro projeto que também marcou positivamente 2020 foi o de desestatização dos portos. A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), primeira a ser desestatizada, está em processo de discussão com sociedade por meio das audiências públicas. As demais, como os portos de Santos, São Sebastião e Itajaí, estão avançando nos estudos de modelagem. E já para o final de 2020, a Companhia Docas da Bahia (Codeba) foi qualificada para o processo de desestatização.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/01/2021*

SIEMENS GAMESA E SIEMENS ENERGY INAUGURAM UMA NOVA ERA DE PRODUÇÃO OFFSHORE DE HIDROGÊNIO VERDE

Da Redação NAVEGAÇÃO 13 Janeiro 2021

Para atingir as metas do Acordo de Paris, o mundo precisará de grandes quantidades de hidrogênio verde e, dentro do cenário atual, os ventos cumprirão um papel de destaque no fornecimento de uma grande parte da energia necessária para a sua produção. Nesse contexto, a Siemens Gamesa e a Siemens Energy estão unindo forças para enfrentar um dos maiores desafios da nossa década - descarbonizar a economia para resolver a crise climática.

As empresas estão colaborando no desenvolvimento de uma solução inovadora, que consiste na integração total de um eletrolisador em uma turbina eólica offshore como um sistema sincronizado único para produzir diretamente hidrogênio verde. As empresas pretendem fornecer uma demonstração offshore em grande escala da solução entre 2025 e 2026 e o Ministério Federal

Alemão de Educação e Pesquisa anunciou hoje que o desenvolvimento pode ser implementado como parte do concurso de ideias "República Alemã do Hidrogênio".

“Com mais de 30 anos de experiência e liderança no setor de energia eólica offshore adicionada à expertise da Siemens Energy em eletrolisadores, agrupamos mentes brilhantes e tecnologias inovadoras para enfrentar a crise climática. Nossas turbinas eólicas desempenham um papel enorme na descarbonização do sistema de energia global, e o potencial do vento para produzir hidrogênio significa que podemos fazer isso também em setores difíceis de reduzir a pegada de carbono. Tenho muito orgulho do nosso pessoal e de fazer parte da criação de um futuro mais verde”, disse Andreas Nauen, CEO da Siemens Gamesa.

Christian Bruch, CEO da Siemens Energy, explica: “Juntamente com a Siemens Gamesa estamos em uma posição excepcional para desenvolver a solução que irá vencer esse problema. Somos a empresa que pode alavancar uma tecnologia de eletrolisador altamente flexível para criar e redefinir o futuro da produção sustentável de energia offshore. Com estes desenvolvimentos, o potencial de regiões com energia eólica offshore abundante se tornará acessível para a economia do hidrogênio. Este é um excelente exemplo de como podemos armazenar e transportar energia eólica, reduzindo assim a pegada de carbono.

Ao longo de um período de cinco anos, a Siemens Gamesa planeja investir 80 milhões de euros e a Siemens Energy tem a meta de investir 40 milhões de euros neste projeto. A Siemens Gamesa adaptará o desenvolvimento de sua turbina eólica offshore SG14-222 DD, a mais poderosa do mundo, para integrar perfeitamente um sistema de eletrólise nas operações do equipamento. Utilizando o conhecimento da Siemens Gamesa e décadas de experiência com ventos offshore, as perdas elétricas são reduzidas ao mínimo, e uma abordagem modular garante um sistema operacional confiável e eficiente para uma solução de geração de hidrogênio via energia eólica offshore escalável. A Siemens Energy desenvolverá um novo produto de eletrólise não apenas para atender às necessidades do complexo ambiente marítimo offshore e estar em perfeito sincronismo com a turbina eólica, mas também para criar uma nova referência de comparação para o hidrogênio verde.

Esta solução de energia eólica de última geração, que visa gerar hidrogênio offshore totalmente integrado, produzirá hidrogênio verde usando um conjunto de eletrolisadores localizado na base da torre da turbina eólica offshore, abrindo caminho para a produção de hidrogênio offshore. A tecnologia reduzirá o custo do hidrogênio, pois é capaz de funcionar fora da rede elétrica convencional, por meio da abertura de mais e melhores instalações eólicas. O desenvolvimento do projeto pelas empresas servirá como um teste para tornar a produção de hidrogênio em larga escala e de forma econômica uma realidade e provar a viabilidade da implementação confiável e eficaz de turbinas eólicas em sistemas de produção de hidrogênio a partir de energia renovável.

Os projetos que serão desenvolvidos fazem parte da iniciativa H2Mare, que possivelmente será apoiada pelo concurso de ideias do Ministério Federal de Educação e Pesquisa "República do Hidrogênio da Alemanha". A iniciativa H2mare, sob a liderança do consórcio da Siemens Energy, é um projeto modular que consiste em vários subprojetos para os quais mais de 30 parceiros da indústria, institutos e academia estão contribuindo. A Siemens Energy e Siemens Gamesa irão contribuir para a iniciativa H2Mare com seus próprios desenvolvimentos em blocos modulares separados.

Sobre o hidrogênio e seu papel na transição para energia verde

Atualmente, 80 milhões de toneladas de hidrogênio são produzidas a cada ano e a produção deve aumentar em cerca de 20 milhões de toneladas até 2030. No momento, cerca de 1% desse hidrogênio é gerado a partir de fontes de energia verde. A maior parte é proveniente de gás natural e de carvão, emitindo 830 milhões de toneladas de CO₂ por ano, mais do que toda a Alemanha ou a indústria naval global. A substituição desse consumo poluente atual exigiria 820 GW de capacidade de geração eólica, 26% a mais do que a capacidade eólica global atual instalada. Olhando para o futuro, muitos estudos sugerem que em 2050 a produção terá crescido para cerca de 500 milhões de toneladas, com uma mudança significativa para o hidrogênio verde. O crescimento esperado exigirá

entre 1.000 GW e 4.000 GW de capacidade renovável até 2050 para atender à demanda, o que destaca o grande potencial de crescimento da energia eólica.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/01/2021

FÁBIO DA VEIGA ASSUME A SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJAÍ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 13 Janeiro 2021

Prioridade em sua gestão é dar sequência as ações estruturantes e humanizar ainda mais a relação com a classe dos trabalhadores portuários.

A nomeação foi confirmada através do Jornal do Município em 1º de janeiro de 2021. Esta é a segunda vez que Fábio ocupa a cadeira de superintendente da autoridade portuária.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/images.jpeg>

Fábio da Veiga – Fonte: Visor Notícias

“É com grande orgulho que recebi o convite do prefeito Volnei Morastoni para nessa segunda oportunidade assumir a Superintendência do Porto de Itajaí. Obviamente, isso é fruto de muito trabalho, de muita correção e de muita fidelidade ao prefeito no sentido de ele ter essa confiança. Obviamente, toda a parte do planejamento que foi desenvolvido pelo antigo gestor,

ao qual fez um excelente trabalho, a de se dizer, terão total continuidade, e acima de tudo, o mesmo comprometimento pelo crescimento do nosso porto e também a valorização ao trabalhador portuário”, destaca Fábio da Veiga.

Em maio de 2019, seu nome já havia sido indicado pelo prefeito para ocupar o cargo, e, como normativa do governo legislativo por meio de Lei Orgânica do Município, foi sabatinado durante Sessão Extraordinária e naquela oportunidade recebeu aprovação de todos os vereadores presentes para assumir o cargo devido ter demonstrado competência e conhecimentos técnicos. Depois que passou pelo processo de Arguição Pública na sede da Câmara Municipal, assumiu oficialmente naquele mês a função de superintendente onde permaneceu por cinco meses.

Fábio da Veiga tem 41 anos de idade, nasceu em Itajaí, é casado e pai de dois filhos. É graduado em Direito, com especialização em Direito Empresarial e Negócios. Na primeira gestão do prefeito Volnei Morastoni, trabalhou na Superintendência do Porto de Itajaí entre 2005 e 2008, tendo exercido os cargos de Assessor Jurídico, Diretor Jurídico e Assessor de Auditoria. Na gestão passada, a partir de janeiro de 2017, também integrou a equipe estando ocupando os cargos de Assessor de Auditoria e Assessor Jurídico.

Durante o período em que atuou na gestão anterior, importantes ações estruturantes foram conquistadas, entre elas, a recuperação e conclusão das obras dos berços 3 e 4, a implantação da 1ª etapa da Nova Bacia de Evolução do Complexo Portuário de Itajaí e Navegantes, nova sinalização náutica, nova poligonal do Porto Organizado, expansão portuária e plano de desapropriações, mais de 30 operações do sistema (Roll On Roll Off), dragagem de restabelecimento, atualização da Carta Náutica, estudos de ampliação e modernização do Porto de Itajaí (Projeto de Desestatização), entre outras ações entregues a sociedade de Itajaí, assim como também para toda a classe dos trabalhadores portuários que atuam diretamente no porto de Itajaí e no complexo em geral.

Fonte: Ascom da Superintendência do Porto de Itajaí

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/01/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006